

COMÉRCIO
Mercosul retoma
agenda de diálogo

PREVIDÊNCIA
Reforma avança
na Câmara

WORLDSKILLS
Brasil se prepara em
busca de novo ouro

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 2 | nº 12 | Maio 2017



CHEGA DE BUROCRACIA

GOVERNO PRECISA SIMPLIFICAR LOGO
A VIDA DE QUEM GERA RENDA E EMPREGOS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

PREVIDÊNCIA SOCIAL: A REFORMA PARA O BEM DE TODOS.

A Previdência Social já representa metade dos gastos do governo. Se nada for feito, teremos cada vez menos recursos para investir em setores que mais precisam, como Saúde e Educação. Apoiar a reforma da Previdência hoje é garantir o recebimento da sua aposentadoria amanhã. A CNI acredita que esse passo é fundamental para o Brasil voltar a crescer.

PREVIDÊNCIA
REFORMA HOJE.
Tranquilidade
AMANHÃ

CNI

Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

saiba mais em
www.reformadaprevidenciahoje.com.br

CARTA AO LEITOR

Pequenas mudanças podem trazer enormes resultados. Essa lição do senso comum inspira a reportagem de capa desta edição, que procura chamar a atenção das autoridades políticas para a vasta agenda de mudanças microeconômicas que podem trazer impacto amplo e imediato para o ambiente de negócios no país.

O governo está atento a essa agenda. Em dezembro de 2016, várias medidas foram anunciadas e estão em diferentes etapas de implementação. Mais importante: o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, nomeou o respeitado economista João Manoel Pinho de Mello para chefiar sua Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas, a quem compete não só coordenar a entrega do que foi prometido como planejar novas ações nessa área.

Sem deixar de reconhecer a importância do que já foi anunciado, a reportagem de capa desta edição mostra como e onde é possível avançar ainda mais nessa agenda. Especialistas do setor privado, técnicos do governo e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicaram um novo conjunto de ações que têm efeito direto sobre os desafios dos empreendedores nacionais e podem ajudar o país a abandonar de vez sua pior crise econômica em tempos recentes.

Neste mês, também apresentamos um balanço das negociações comerciais brasileiras, que foram retomadas após um período em que o país esteve imerso em questões domésticas internas e do próprio Mercosul. O bloco tem avançado seu diálogo com a União Europeia (UE) e o Brasil, individualmente, tem buscado ampliar a pauta comercial com o México, a Argentina e o Uruguai. No Oriente, o desejo é buscar acordos com o Japão e a Coreia do Sul.

Outros temas importantes nesta edição são o avanço da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, ainda que em meio a dificuldades, os desafios para aumentar a produtividade da porta da indústria para dentro e a preparação dos representantes brasileiros para a edição de 2017 da *WorldSkills*, a ser realizada em Abu Dhabi. O Brasil buscará um novo ouro!

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE
Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES
Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glaucio José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES
Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL
João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

**DIRCOM – Diretoria de Comunicação
CNI/SESI/SENAI/IEL**

Diretor
Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

**DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO
FSB COMUNICAÇÃO**

Consultor editorial
Wladimir Gramacho

Jornalista responsável
Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem
Gleice Mere
Iara Vidal
Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração
Armando Salmito | FSB Design
Daniel Barroca

Revisão de texto
Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472
Fax: (61) 3317-9456
email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

ARTIGO DO PRESIDENTE



6

CAPA



AGENDA LEGISLATIVA



8

Governo precisa avançar mais na agenda de ajustes microeconômicos

INFOGRAFIA

O que a CNI, os empresários e o governo propõem para facilitar os negócios

16

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO

Novo assessor especial da Fazenda explica medidas de ajuste

18

MAÍLSON DA NÓBREGA

Ex-ministro apoia reformas tributária e trabalhista

20

COMÉRCIO EXTERIOR

Mercosul retoma agenda de negociações, com ênfase na União Europeia

22

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Presidente da CNI defende reforma trabalhista em artigo no jornal O Globo

28

COMPETITIVIDADE

PRODUTIVIDADE

Os desafios para melhorar a capacidade de produção da porta para dentro

32

RECUPERAÇÃO

Faturamento industrial cresce pela terceira vez em cinco meses

36

TERMÔMETRO ECONÔMICO



Nível de emprego continua recuando, agora pelo terceiro mês consecutivo

38

GIRO BRASIL



Diplomatas visitam a rota do charuto na Bahia

40

GIRO GLOBAL



Trump aumenta impostos para importação de produtos

42

SESI / SENAI / IEL



WORLD SKILLS

Equipe brasileira se prepara para a competição mundial, que ocorrerá em outubro, nos Emirados Árabes

44

UM DESAFIO URGENTE

A reforma da Previdência, que está sendo votada no Congresso Nacional, será muito positiva para quase todos os brasileiros. A indústria apoia essa iniciativa essencial para acabar com privilégios na concessão das aposentadorias, contribuir para o reequilíbrio do orçamento estatal e estimular os investimentos e o crescimento da economia. Só a urgente mudança das regras vai assegurar o pagamento dos benefícios a milhões de aposentados em longo prazo.

No formato atual, o sistema brasileiro é inviável. Os gastos previdenciários são, de longe, o maior fator de desorganização das contas públicas. Segundo as projeções do governo, sem a reforma, as despesas com essa rede de segurança social passarão de 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano para 17,2% em 2060.

Em 2016, o deficit com o pagamento dos 29,2 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a que estão submetidos os empregados do setor privado, foi de R\$ 150 bilhões. Esse valor, descontada a inflação, é 60% maior do que o de 2015. A previsão de resultado negativo é de R\$ 182 bilhões neste ano e de R\$ 202 bilhões em 2018.

Os estados, que estão com as finanças depauperadas, convivem com regimes previdenciários próprios também inexecutáveis. O deficit da Previdência dos 26 estados e do Distrito Federal foi de R\$ 89,6 bilhões em 2016. Sem a reforma, governadores terão ainda mais dificuldade para manter serviços importantes para a população, como atendimento hospitalar, educação e segurança.

A situação periclitante da Previdência no Brasil é o reflexo de sérias distorções, conhecidas há

muito tempo, como a aposentadoria precoce. A idade média para a aposentadoria dos trabalhadores no setor privado é de 58 anos – por tempo de contribuição, é ainda menor, de 54,7 anos. No serviço público, a média é de 60,7 anos.

No Brasil, muitas pessoas começam a receber os benefícios aos 50 anos, no auge da capacidade intelectual para o trabalho. Isso não pode continuar existindo. Em outros países é diferente. A idade média para a aposentadoria de homens é de 65,2 na Turquia; 65,9 nos Estados Unidos; 70,9 no Chile; 72 no México; e 72,9 na Coreia do Sul, por exemplo.

Outras deturpações são acúmulo de benefícios, pensões pagas a viúvas por tempo demasiado e valores excessivos recebidos por algumas categorias. Aposentados do Poder Legislativo, por exemplo, recebem, em média, R\$ 28.593 por mês; no Judiciário, o valor é de R\$ 22.245; e no Ministério Público, de R\$ 18.137. Por isso, os regimes próprios dos 2,7 milhões de beneficiários do serviço público tiveram um deficit de R\$ 155,7 bilhões em 2016.

No entanto, o teto do regime do setor privado é de R\$ 5.531, e cerca de 64% dos beneficiários recebem um salário mínimo, hoje fixado em R\$ 937. A população mais carente, portanto, não será afetada pela reforma. Pelo contrário, tende a se beneficiar, pois as mudanças terão, como resultado, o equilíbrio das contas e a garantia de suas aposentadorias.

É necessário acabar com os múltiplos regimes previdenciários, e fixar idade e tempo mínimos de contribuição para a aposentadoria, com valor proporcional aos anos de recolhimento. Assim como já fizeram muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil está acordando para a necessidade de modernizar a Previdência Social. Esse desafio precisa ser enfrentado agora.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

É POSSÍVEL AVANÇAR MAIS

NOVAS MEDIDAS MICROECONÔMICAS DEVEM SER ADOTADAS COM BASE NA EXPERIÊNCIA E NAS SUGESTÕES DO SETOR PRIVADO, PARA QUE TENHAM IMPACTO IMEDIATO



O empréstimo com desconto em folha de pagamento, conhecido tecnicamente como crédito consignado, já era uma modalidade utilizada por instituições financeiras e trabalhadores em 2003, quando o governo editou uma medida provisória com nova regulamentação, dando mais segurança jurídica para esse tipo de operação. Num período de quatorze anos, entre 2003 e 2016, o volume de crédito consignado, que tem juros menores, passou de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 120,6 bilhões, conforme dados do Banco Central, o que representou um crescimento de 1.143%.

Com mais segurança jurídica, essa modalidade de crédito, cujo risco de inadimplência é muito baixo, passou a ser um dos principais tipos de empréstimo feito pelos bancos brasileiros. Sem a grande visibilidade das reformas estruturais, como as mudanças na Previdência Social, regras como essas — simples, acessíveis e de fácil execução — contribuem para melhorar o ambiente

de negócios no país e, com isso, estimular a atividade econômica. Implementada de maneira adequada, esse tipo de medida, classificada como microeconômica, complementa as medidas estruturais.

“O ajuste fiscal e o afrouxamento da política monetária não são suficientes para garantir a retomada consistente do crescimento. Para que a economia, de fato, volte a crescer de forma sustentável, é preciso, entre outras coisas, avançar também na agenda de reformas microeconômicas que ampliem a produtividade como um todo”, avalia José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse tipo de medida, segundo ele, aumenta a segurança jurídica para as empresas.

No final do ano passado, o governo anunciou algumas medidas microeconômicas com o objetivo de estimular a atividade e, desde então, vem preparando novas propostas a serem adotadas

já neste ano, agora sob a coordenação do economista João Manuel de Pinho Mello, que desde março chefia a Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda e é um dos entrevistados desta edição. Além da Fazenda, participam da preparação das medidas o Banco Central e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, além de especialistas do setor privado.

O objetivo geral das reformas microeconômicas é melhorar o ambiente de negócios no país e estimular a produtividade. Pesquisa do Banco Mundial intitulada *Doing Business*, que avalia e compara o ambiente de negócios no cenário internacional, coloca o Brasil na 123ª posição num ranking de 190 países, atrás de África do Sul, China e Índia, conforme o relatório divulgado no final de 2016. A lista é liderada pela Nova Zelândia, seguida de Cingapura e Dinamarca. Em alguns itens específicos, como o tempo e a burocracia para abertura de empresas, o Brasil ficou na 175ª posição.

Classificação mundial quanto à facilidade de fazer negócios (*Doing Business/2017*)

1	 Nova Zelândia	9	 Suécia
2	 Cingapura	10	 Macedônia
3	 Dinamarca	11	 Taiwan
4	 Hong Kong	12	 Estônia
5	 Coreia do Sul	13	 Finlândia
6	 Noruega	14	 Letônia
7	 Reino Unido	15	 Austrália
8	 Estados Unidos	123	 Brasil

Fonte: Banco Mundial

Classificação mundial quanto à facilidade para abertura de empresas (*Doing Business/2017*)

1	 Nova Zelândia	9	 Armênia
2	 Canadá	10	 Irlanda
3	 Hong Kong	11	 Coreia do Sul
4	 Macedônia	12	 Jamaica
5	 Azerbaijão	13	 Kosovo
6	 Cingapura	14	 Estônia
7	 Austrália	15	 Suécia
8	 Geórgia	175	 Brasil

Os técnicos que participam das discussões comentam que as medidas serão adotadas uma a uma, quando seus detalhes estiverem bem definidos, e não

agrupadas como um novo pacote de estímulo à economia. Elas vão desde a atualização da Lei de Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/05) até a simplificação dos

procedimentos de exportação e importação, passando pela redução de burocracias e facilidades para realizar transações de forma ainda mais segura.

Recuperação Judicial

Na atualização da Lei de Recuperação Judicial, por exemplo, uma das ideias em discussão é mudar as regras de pagamento dos tributos federais, com prazos diferenciados de acordo com o porte da empresa e o valor do débito, segundo o economista Aloisio Araújo, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV). Outra coisa, diz ele, é a possibilidade de um maior número de credores participar do processo de recuperação, mas, segundo Araújo, há o risco de as instituições financeiras reduzirem o volume de empréstimos, uma vez que, atualmente, quem financia tem

maior participação nos processos de recuperação.

“Sou a favor de mais flexibilidade, com parcelamento mais longo no caso de dívidas maiores, e mais curtos quando a dívida não for tão grande. O Fisco poderia entrar como parceiro – embora eles não possam negociar em função da legislação”, afirma Araújo, que participa de grupo montado pelo governo para discutir a atualização da Lei de Recuperação Judicial. Outra possibilidade, afirmou, seria a Receita Federal receber uma parcela igual à que é paga a outros credores.

Ainda sobre as mudanças na Lei

de Recuperação Judicial, Araújo defende que, quando um processo não for bem-sucedido ou não for aprovado, a empresa passe direto para a falência ou liquidação, mas ainda dentro do processo de recuperação, sem ter que iniciar novamente do zero. Outro ponto em discussão é a possibilidade de criar mecanismos dentro da recuperação judicial específicos para as médias e pequenas empresas. “A lei atual não está funcionando bem para elas e precisamos pensar em outros mecanismos que sejam mais eficientes”, constata.

Defensor de uma reforma tributária,

Araújo é a favor da simplificação da legislação do PIS/Cofins, medida já em estudo pela equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. “Nas minhas idas a

Brasília, me falaram que cerca de 70% dos recursos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) estão relacionados à cobrança desses tributos.

A simplificação tende a reduzir o volume de recursos apresentados pelas empresas contra as autuações da Receita”, diz o professor.

Abertura e fechamento de empresas

A simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas também pode melhorar o ambiente de negócios, segundo Ignácio Crespo, economista da Guia de Investimentos. De acordo com a estimativa do *Doing Business*, o prazo médio para a abertura de uma empresa no Brasil, com base em dados de 2015, era de 107 dias.

Desde que a pesquisa foi feita, o governo adotou algumas medidas para acelerar esse processo e também reduzir o prazo para fechamento de empresas, mas avalia que o procedimento pode ser ainda mais simplificado.

Segundo Crespo, é necessário, também, adotar medidas para melhorar as condições do capital de giro para as empresas e estimular os bancos privados a elevarem essas linhas de crédito. Ele lembra que o Banco Central vem implementando, desde o ano passado, diversas ações para fortalecer a cidadania financeira, modernizar a legislação bancária, tornar o sistema financeiro mais eficiente e reduzir os custos de intermediação nas operações de crédito.

Um dos objetivos do Banco Central é aperfeiçoar os mecanismos de solução de conflitos entre o cidadão e o sistema financeiro. Nesse sentido, o banco pretende implementar um acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ampliar as práticas de mediação como

simplificar regras do compulsório que os bancos recolhem à autoridade monetária; estimular os pagamentos em dia por meio de mecanismos como o Cadastro Positivo, reformulado no final de 2016, e a duplicata eletrônica; regulamentar a Letra Imobiliária Garantida; reavaliar o impacto do crédito direcionado; e es-

timular uma agenda de discussões com as instituições financeiras e a sociedade para reduzir o *spread* bancário.

Também com o objetivo de reduzir conflitos que geram insegurança jurídica, Souza Júnior, do Ipea, sugere a criação de câmaras de arbitragem para assuntos ligados às Parcerias Público-Privadas (PPPs). “Em alguns momentos, o conflito acontece porque uma frase está mal

redigida”, diz o especialista. Para ele, há um excesso de regras em áreas específicas e isso pode desestimular investimentos por parte do setor privado. Segundo Souza Júnior, diminuir os contenciosos jurídicos é uma medida que reduz custos administrativos.

“O brasileiro leva, em média, 79,5 dias para abrir um negócio, de acordo com o relatório Doing Business de 2017, do Banco Mundial. São necessários 11 procedimentos burocráticos para dar início a um negócio.”

Doing Business/Banco Mundial - 2017

instrumento para resolver, de maneira mais rápida e com menos custos, os conflitos entre os clientes e as instituições financeiras.

Com o objetivo de reduzir o custo dos empréstimos, a agenda do Banco Central contempla as seguintes ações:

Regras horizontais

Regras horizontais aplicadas a todas as empresas: essa deve ser a principal diretriz das reformas microeconômicas, segundo André Portela, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. Segundo ele, a existência de créditos direcionados é uma medida que gera distorções e precisa ser analisada sob esse aspecto. Ele cita, ainda, a lei do Simples, que tem uma intenção meritória

de estimular o empreendedor e o microempresário mas, da forma como foi desenhada, provoca distorções.

Ao limitar o faturamento para as empresas se enquadrarem no Simples, diz Portela, “você cria um incentivo para que as empresas que crescem por mérito próprio precisem se dividir depois, para não saírem do Simples, e, com isso, ocorre uma pulverização de capital porque não

tem ganho de escalas”. De acordo com Portela, “o ideal seria ter um Simples para todo mundo, com alíquotas iguais para todos os contribuintes. Ao criar uma lei para beneficiar o pequeno empresário, o governo estimula a perda de eficiência”, afirma. Outro ponto importante, segundo ele, é o tempo gasto para o pagamento de tributos no Brasil, considerado elevado.

Dias de trabalho perdidos com o pagamento de tributos



No Brasil, são gastos quase 85 dias ao ano com a papelada dos impostos, segundo o Banco Mundial.



Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média é de 6,8 dias.



Fonte: Bird, OCDE e Ministério da Fazenda

“Quando se criam alíquotas diferenciadas de acordo com o tipo de contratação, surgem distorções. Num escritório de advocacia, você pode ser contratado com registro em carteira ou como pessoa

jurídica, por meio da sua empresa. Numa mesma atividade você tem dois tipos de contratação e, ao estimular a contratação como pessoas jurídicas, acaba superdimensionando outros profissionais

como os contadores”, avalia Portela. Isso, diz, acaba distorcendo a alocação das pessoas com talento, que poderiam estar atuando em atividades de maior criatividade.

Questões trabalhistas

André Portela, da FGV de São Paulo, destaca, ainda, a necessidade de incluir na agenda das reformas microeconômicas a questão da regulamentação das ocupações. “O fato de haver muitas ocupações regulamentadas faz com que parte delas se torne obsoleta porque no mundo atual sempre surgem novas ocupações, o que é muito comum, especialmente em momentos de mudança tecnológica. E a nossa regulamentação de ocupações acaba perpetuando ocupações velhas”. É preciso reduzir o número de ocupações regulamentadas, diz ele.

Portela cita como exemplo os postos de gasolina, comércio no qual ele considera que o serviço de abastecimento pode ser feito diretamente pelo consumidor, como acontece nos Estados Unidos e em outros países. É importante, diz, permitir a transição entre as novas ocupações e aquelas que estão desaparecendo. “Do jeito que está a nossa regulamentação, fica difícil essa transição”, avalia. “Por que não posso eu mesmo colocar meu combustível no posto de gasolina? As regras atuais restringem o crescimento”, critica o especialista.

Na regulamentação do trabalho, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende diversas novas medidas, como, por exemplo, a redução das multas por infrações fiscais, adequando-as à realidade econômica do país, a revisão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e a definição das bases de cálculo para contratação de aprendizes. Neste último caso, o objetivo é especificar, por meio de critérios técnicos, as funções que demandam uma formação profissional específica e, assim, quais ocupações seriam incluídas na base de cálculo da aprendizagem.

De acordo com a legislação atual, as empresas são obrigadas a destinar entre 5% e 15% dos seus cargos à contratação de aprendizes para a formação técnico-profissional metódica em atividades que demandam essa espécie de formação. Contudo, por interpretação do

Ministério do Trabalho, foram incluídas na base de cálculo desta cota praticamente todas as funções existentes na empresa, o que acabou também motivando a alteração unilateral, pelo ministério, da CBO.

Dessa forma, quase todos os grupos e ocupações profissionais identificados na CBO passaram a ser caracterizados como atividades que demandam aprendizagem. Em consequência, gerou-se inchaço da cota, demanda irreal para empresas e entidades de formação profissional. Para a formação de profissionais devidamente qualificados, é necessário que se identifique, precisamente e de forma técnica, quais ocupações realmente demandam aprendizagem.

Essa mudança, segundo a CNI, fará com que os esforços e recursos de empresas e entidades formadoras sejam alocados de forma eficiente, o que reduzirá a insegurança jurídica para as empresas, as quais poderão focar em uma formação profissional efetiva, possibilitando inclusive contratação dos trabalhadores formados ao fim do contrato de aprendizagem.

Pela Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), as empresas devem empregar e matricular em cursos de aprendizagem profissional um número de aprendizes entre 5% e 15% dos trabalhadores contratados, cujas funções demandam formação profissional. Na avaliação da CNI, uma vez que há demanda pela formação profissional de pessoas com deficiência para preenchimento das cotas reservadas a elas (2% a 5% dos cargos, proporcionalmente ao número de empregados em empresas com mais de 100 empregados), e já tendo as empresas que realizar formação profissional no nível de aprendizagem, compatibilizar ambas as necessidades pode representar a melhor colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, suprimindo as dificuldades em formação profissional.

Dessa maneira, estimula-se a formação profissional, fazendo efetiva a inclusão. Por outro lado, reduzem-se os constantes problemas das empresas que não conseguem contratar pessoas com deficiência habilitadas para o preenchimento das vagas de trabalho em número suficiente para o atendimento da cota estabelecida pela Lei nº 8.213/91.

A entidade defende, ainda, a unificação dos critérios para classificação de acidentes de trabalho, uma vez que a ausência de padronização gera diferentes interpretações sobre o tema. Atualmente, há ausência de padronização quanto à caracterização dos acidentes de trabalho. Isso ocorre devido à existência de duas normas legais – Lei nº 8.213/91 e Instrução Normativa INSS/PRES nº 31/08 – que preveem parâmetros diferentes para a classificação dos acidentes.

A Lei nº 8.213/91 identifica os acidentes de trabalho como acidente típico, doença profissional, doença do trabalho, acidente decorrente de situação excepcional e acidente decorrente denexo técnico epidemiológico. Já a Instrução Normativa INSS/PRES nº 31/08 reúne essas seis espécies em três grupos: nexo profissional, nexo técnico individual e nexo técnico epidemiológico previdenciário.

Na caracterização administrativa de um acidente de trabalho, a perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), contudo, não segue o previsto na Lei nº 8.213/91, mas sim o previsto na instrução normativa, o que gera insegurança e dúvidas, quando, por exemplo, não se esclarece em qual dos nexos se encaixa o acidente típico. A unificação reduzirá esse tipo de imprecisão. As empresas terão o direito de conhecer quais agentes nocivos estão causando acidentes para poder trabalhar em sua eliminação, os trabalhadores poderão postular os direitos que entendem devidos e a Previdência Social não terá nenhum prejuízo em relação ao que já é feito atualmente.

Comércio exterior

O Brasil tem, hoje, cerca de 20 mil empresas exportadoras. O estudo *Impactos da facilitação do comércio sobre a indústria de transformação no Brasil*, elaborado pela FGV a pedido da CNI, mostrou

que, entre os principais gargalos apontados pelas empresas estão a burocracia alfandegária e aduaneira, além da multiplicidade de tarifas cobradas nos portos, aeroportos e pelos diversos órgãos

envolvidos no processo de comércio exterior. Um passo para resolver esses problemas foi dado com a implementação do Portal Único do Comércio Exterior, no começo de 2017.

Os problemas mais graves no comércio exterior

Posição dos problemas na escala de 1 (pouco crítico) a 5 (muito crítico)

ITEM	ESCALA
 Custo do transporte	3,61
 Tarifas cobradas por portos e aeroportos	3,44
 Baixa eficiência governamental no apoio à superação das barreiras às exportações	3,32
 Oferta de preços competitivos	3,11
 Tarifas cobradas pelos órgãos anuentes	3,04
 Leis conflituosas, complexas e pouco efetivas	3,04
 Excesso de leis e frequentes alterações de regras	3,03
 Excesso e complexidade dos documentos de exportação	3,03
 Tempo para fiscalização, despacho e liberação de produtos	3,00
 Dificuldade de conhecimento das leis originárias de diversas fontes	2,87

Fonte: *Impactos da facilitação do comércio sobre a indústria de transformação no Brasil*, da CNI-FGV

Implantado para as exportações realizadas pelo modal aéreo, o portal vai ser adotado em etapas. A previsão é que até junho esteja funcionando para as exportações pelos modais rodoviário e marítimo e, até o final do ano, para as importações. “Esse portal não deve digitalizar a burocracia que já existe, mas simplificar e facilitar o processo de exportação e importação. E nesse sentido, com o apoio do setor privado, o Brasil está inovando”, avalia Constanza Negri Biasutti, gerente de política comercial da CNI.

Outro ponto importante, segundo ela, é o Acordo de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), assinado em 2013 na Indonésia. Em fevereiro de 2017, após o acordo entrar em vigor, a CNI criou o Facilitômetro, infográfico que informa, de modo simples e acessível, se o Brasil está cumprindo os artigos do acordo. A ferramenta digital será atualizada frequentemente para que o setor privado possa acompanhar o desempenho do governo brasileiro na redução da burocracia e do custo no comércio exterior.

O infográfico está dividido em quatro cores: verde, para as ações que já estão prontas; laranja, para o que está em andamento; amarelo, para os casos em que o Brasil notificou a OMC de que havia cumprido, mas a indústria entende que é necessário melhorar; e vermelho, para as medidas que ainda não saíram do papel.

A OMC calcula que, quando os países fizerem as reformas previstas no tratado para reduzir a burocracia, o custo do comércio global será reduzido em 14,3%, injetando US\$ 1 trilhão no

comércio internacional. Segundo Constanza, o acordo vai alavancar e acelerar as reformas no Brasil, que são necessárias para dar mais competitividade aos produtos brasileiros.

Pelo acordo, os países podem notificar quais compromissos previstos já estão sendo cumpridos (categoria A), quais compromissos vão precisar de mais tempo para serem cumpridos (categoria B) e quais talvez precisem de cooperação técnica ou apoio financeiro (mais voltados para países menos desenvolvidos). Outra inovação que o acordo traz, segundo ela, é a criação de um Comitê Nacional

encargos e taxas aplicadas no comércio exterior brasileiro.

Segundo ela, hoje o Brasil não tem dados sobre o tempo do processo de exportação e importação. Embora a Receita Federal tenha informações sobre esse prazo nas ações relacionadas ao órgão, faltam dados dos órgãos anuentes, como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro). Um estudo do Banco Mundial (Bird) estimou em 13 dias esse prazo para a exportação e em 17 dias para o processo de importação.

De acordo com o estudo *Impactos da facilitação do comércio sobre a indústria de transformação no Brasil*, se transformado em tarifas, o prazo teria a seguinte correspondência: na exportação equivaleria a uma taxa de 13,4% e na importação, de 14% – bem acima da tarifa média de importação aplicada atualmente no Brasil, de 7,8%. Segundo ela, a integração dos órgãos anuentes ao processo de exportação é fundamental

para resolver esse tipo de gargalo no comércio exterior. “Sem essa integração não conseguiremos avançar”, afirma Constanza.

Com as medidas que devem ser adotadas, a CNI estima que o prazo poderia ser reduzido para 8 dias, nos processos de exportação, e 10 dias, nas importações – entrando na média dos países da OCDE. A FGV também fez uma estimativa de impacto econômico: a corrente de comércio teria um aumento médio de 6% a 7% nos próximos anos e o Produto Interno Bruto (PIB) subiria 1,5% (US\$ 23,8 bilhões) no primeiro ano, podendo chegar a 2,5% (US\$ 74,9 bilhões) no 14º ano.

“O Portal Único do Comércio Exterior” não deve digitalizar a burocracia que já existe, mas simplificar e facilitar o processo de exportação e importação.”

Constanza Negri Biasutti, gerente de política comercial da CNI

de Facilitação do Comércio, onde o setor privado deverá ter uma participação ativa.

Entre as prioridades da CNI para facilitar o comércio exterior, Constanza destaca os seguintes pontos: implantação do Portal Único de Comércio Exterior em 2017, de acordo com orçamento, prazo e escopo planejados; promoção da plena integração dos órgãos anuentes ao portal; realização de levantamento do universo de encargos, taxas e contribuições arrecadados pelos órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro que incidem sobre as importações e exportações de bens; e criação de um sistema de coleta única de pagamentos de

AS MEDIDAS QUE PODEM SER ADOTADAS NA NOVA AGENDA MICROECONÔMICA

Iniciativas em estudo no governo (Ministério da Fazenda)



Atualizar a Lei de Recuperação Judicial

O assunto vem sendo discutido por um grupo de especialistas. O objetivo é dar mais segurança jurídica a instituições financeiras que financiam o setor produtivo.



Simplificar o processo de abertura e fechamento de empresas

Embora o governo já tenha adotado medidas para reduzir o prazo de abertura e fechamento de empresas, os dados mostram que o processo pode ser simplificado ainda mais.



Facilitar os procedimentos de importação e exportação

O assunto vem sendo estudado, desde o ano passado, pela Receita Federal, que já chegou a realizar uma consulta pública para receber sugestões.



Implantar o Portal Único de Comércio Exterior, lançado em 2016, até o final de 2017

Lançado pelo governo em abril do ano passado, o portal unifica os sistemas dos órgãos envolvidos no processo de exportação e importação, mas ainda está em fase de implantação. O objetivo é reduzir o prazo de exportação de 13 para 8 dias e o de importação de 17 para 10 dias.

Medidas sugeridas por consultores privados



Melhorar as condições de capital de giro às empresas

Embora o governo tenha reestruturado, em 2016, as linhas de crédito do BNDES para capital de giro com o objetivo de facilitar os empréstimos, especialistas defendem regras que estimulem os bancos privados a reduzir o custo dos empréstimos.



Estimular a ampliação do financiamento privado de longo prazo

A oferta de crédito, que se tornou mais seletiva durante a crise econômica, foi reduzida pelos bancos privados. Para especialistas, é preciso dar mais segurança jurídica aos bancos de que os empréstimos feitos terão garantias efetivas, que possam ser executadas numa eventual situação de dificuldade das empresas.



Simplificar o licenciamento ambiental

O objetivo é dar mais celeridade aos processos de empreendimentos de menor porte e em locais mais urbanizados. Defendido por especialistas, o assunto vem sendo estudado no Ministério do Meio Ambiente e no Congresso Nacional.

Propostas defendidas pela CNI



Reduzir as multas por infrações fiscais

A proposta é adequar as multas por infrações fiscais a patamares condizentes com a realidade macroeconômica do país, com o cuidado de manter o ônus daqueles contribuintes que atrasam ou sonegam tributos, sem inviabilizar o pagamento dos valores devidos, em atraso ou sobre rendas omitidas.



Definir as bases de cálculo para contratação de aprendizes ou revisar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Alterar a legislação para especificar quais funções demandam formação técnico-profissional metódica para fins de definição da base de cálculo da cota de aprendizes, ou revisar a CBO identificando, com critérios técnicos, as funções que demandam aprendizagem.



Admitir metas de segurança e saúde no trabalho para fins de Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

O reestabelecimento das metas de segurança e saúde no trabalho, para fins de PLR, é uma forma simples de disseminar programas e ações em prol da prevenção de acidentes.



Unificar os critérios de classificação de acidentes de trabalho

Atualmente, há ausência de padronização quanto à caracterização dos acidentes de trabalho. Isso ocorre devido à existência de dois normativos legais que preveem parâmetros diferentes para a classificação dos acidentes.



Aperfeiçoar a metodologia de cálculo do FAP

O FAP é um instrumento de promoção e incentivo à prevenção de acidentes, cuja metodologia precisa ser aperfeiçoada para alcançar efetivamente este objetivo.



Disponibilizar as informações do empregado afastado com senha em meio eletrônico

Da maneira como funciona hoje, a informação sobre o local e a data de realização da perícia médica é de conhecimento apenas do segurado, sendo que a empresa à qual ele está vinculado não é informada.



Criar mecanismos de investigação de barreira em terceiros mercados

O Brasil não dispõe de um mecanismo por meio do qual possa estabelecer um inventário de barreiras comerciais e de investimentos em terceiros mercados, que seja utilizado tanto pelo governo brasileiro quanto pela indústria, para realizar gestões e ações de defesa de interesses com vistas à sua redução ou eliminação.



Implantar um sistema único de coleta de taxas e encargos aduaneiros

A expansão do comércio exterior do Brasil requer a adoção de mecanismos e sistemas que promovam a redução do custo e do tempo das transações comerciais. Atualmente, há cerca de 20 diferentes encargos e taxas a serem recolhidos e a implantação de um sistema único de coleta resultará em ganho de eficiência, tanto para o governo brasileiro quanto para os operadores do comércio exterior.

GOVERNO PRETENDE CONCLUIR MEDIDAS MICRO E AVANÇAR MAIS

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO, ASSESSOR ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA PARA REFORMAS MICROECONÔMICAS, DIZ QUE AJUSTES JÁ ANUNCIADOS SERÃO IMPLEMENTADOS E QUE NOVAS MEDIDAS VIRÃO

“É preciso fazer várias mudanças microeconômicas para dar segurança jurídica às garantias e aos contratos e, assim, diminuir os *spreads* de maneira sustentável”, afirma o economista João Manoel Pinho de Mello, chefe de Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, responsável por coordenar novas medidas para melhorar o ambiente de negócios e aumentar a produtividade. Formado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e doutor em economia pela prestigiada Universidade de Stanford, ele antecipa, nesta entrevista, que “há medidas em estudo para diminuir os entraves excessivos que o poder público impõe ao setor privado, em particular à indústria”.

O governo lançou, no final de 2016, um conjunto de medidas de estímulo à economia que complementaram as reformas estruturais. Do ponto

de vista microeconômico, qual é a agenda para 2017 e 2018?

Na agenda para 2017 estão, principalmente, a implantação e o acompanhamento das medidas que foram anunciadas em dezembro de 2016. Há muito ainda por fazer, mas o governo precisa, antes de mais nada, entregar o que está anunciado. Nunca é demais lembrar e ressaltar a importância do que foi anunciado. A implantação das medidas já melhorará muito o ambiente de negócios e, com isso, aumentará a produtividade da economia brasileira, que é a única maneira de crescer consistentemente.

Poderia dar um exemplo das ações para implementar o conjunto de medidas de 2016?

A chamada duplicata eletrônica, cujo nome subestima as implicações do instrumento para o mercado de crédito, já foi entregue na forma de um projeto de lei. Esse instrumento diminuirá

os *spreads* bancários em operações de desconto de recebíveis porque lhes trará mais segurança e visibilidade – incluindo, mas não exclusivamente, as duplicatas – que agora poderão ser depositadas em plataformas eletrônicas de registro. Com isso, os credores saberão, com clareza, se o recebível já foi penhorado em outra operação. Todos os potenciais credores terão acesso a tal informação. A consequência é a diminuição de *spreads*, seja pela maior segurança, seja pelo aumento da concorrência na antecipação do recebível. O processo de integração entre os entes federativos dos procedimentos para abertura e fechamento de empresas é outro exemplo (REDSIM). A iniciativa do município de São Paulo, com apoio e ajuda da Receita Federal, facilitará muito. Estes são apenas dois exemplos, mas todas as medidas anunciadas em dezembro aumentarão a produtividade. Melhor, estão dentro do cronograma

proposto. No mais, a agenda propositiva para o resto de 2017 e 2018 segue a mesma linha. Estão em estudo outras medidas microeconômicas com o mesmo objetivo: melhorar o ambiente de negócios e aumentar a produtividade.

O que pode ser feito para ampliar a oferta de crédito para o empresariado?

Muito pode e já está sendo feito. Há dois aspectos indissociáveis, a macroeconomia e a microeconomia. O ajuste macroeconômico se manifesta na taxa básica da economia. O pilar da política monetária já está firmemente assentado. A atuação do Banco Central no combate às pressões inflacionárias herdadas já está tendo efeito benéfico nas taxas básicas. No campo fiscal, a aprovação do teto também ajuda muito a dar sustentabilidade à situação fiscal do governo. Será muito importante a aprovação das mudanças na Previdência. Tudo isso permitirá a



Foto: Gustavo Raniere

Juntas, as reformas microeconômicas terão um impacto enorme, diz Pinho de Mello

queda sustentável da taxa de juros básica, que é condição necessária para que as taxas de juros para os empresários e consumidores caiam. Para além da taxa básica, há o *spread* bancário, a diferença entre a taxa que os tomadores pagam e a de captação dos bancos. O *spread* é alto quando há insegurança nas operações de crédito. Sempre que aumentamos a robustez institucional, melhorando a qualidade das garantias, há diminuição de *spread*. O crédito consignado e a alienação fiduciária são apenas dois exemplos mais ilustrativos. Dar solidez aos contratos também contribuirá muito para a queda do *spread*. A revisão da Lei de Recuperação Judicial, em fase final de análise, dará mais segurança ao processo de recuperação judicial e aumentará a recuperação de ativos em dificuldade, diminuindo a taxa de juros que os credores cobram das empresas. É preciso fazer várias mudanças microeconômicas para dar

segurança jurídica às garantias e aos contratos e, assim, diminuir os *spreads* de maneira sustentável.

Quais são as prioridades do ponto de vista da melhora do ambiente e negócios?

A prioridade é implantar o que foi anunciado em dezembro para que as coisas não fiquem pela metade, em anúncios vazios. As reformas microeconômicas podem ser individualmente pouco vistas, mas juntas terão um impacto enorme sobre a produtividade. Há mais medidas em estudo para diminuir os entraves excessivos que o poder público impõe ao setor privado, em particular à indústria. Demoramos mais de 10 anos em média para analisar um pedido de patentes. Outros países fazem isso em menos de um ano. Como podemos inovar assim? A direção é essa: melhorar procedimentos. Pouco a pouco, sem vender ilusões e panaceias.

OS IMPACTOS NA PONTA DAS REFORMAS ESTRUTURAIS

EX-MINISTRO DA FAZENDA E SÓCIO DA CONSULTORIA TENDÊNCIAS, MAÍLSON DA NÓBREGA DEFENDE A URGÊNCIA DAS REFORMAS TRIBUTÁRIA E TRABALHISTA, ESCLARECE SEUS IMPACTOS MICROS E PROPÕE O FIM DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A reforma trabalhista, em andamento no Congresso Nacional, deve avançar e acabar com a unicidade sindical e a Justiça do Trabalho, diz Maílson da Nóbrega, sócio da consultoria Tendências e ex-ministro da Fazenda. “O Brasil inventou um sindicalismo em que não há nenhum incentivo à busca da eficiência porque os recursos estão garantidos e não há o risco de concorrência”, afirma o economista. Para ele, outro ponto importante da agenda é uma reforma tributária que facilite a vida das empresas ao recolherem tributos. O que incluiria, na opinião dele, a extinção do Simples.

Em sua opinião, quais as principais reformas microeconômicas a serem feitas hoje no país?

São vários os campos em que é preciso avançar institucionalmente, mas há dois que são fundamentais para o futuro do país. Em primeiro lugar uma reforma tributária, mas uma que seja digna

desse nome. Em segundo, uma reforma para modernizar a obsoleta legislação trabalhista brasileira. São as reformas microeconômicas mais importantes para o Brasil neste momento e no futuro. Para minha surpresa, a reforma trabalhista começou a andar, melhor do que se esperava. Teve algo praticamente inédito no Brasil, que foi o Congresso melhorar substancialmente a proposta do governo, que tinha certa timidez. E o relator ampliou isso consideravelmente para incluir o fim de uma vaca sagrada que é o imposto sindical, o que abre espaço para um segundo passo, no futuro, que é acabar a unicidade sindical. Essa reforma é fundamental porque elimina uma grande área de insegurança jurídica e de custos para as empresas e para o país. Por outro lado, pode fazer nascer no Brasil um sindicalismo mais legítimo e mais autêntico, que nasça da interação entre as lideranças e os sindicalizados. O Brasil

inventou o sindicalismo em que não há nenhum incentivo à busca da eficiência porque os recursos estão garantidos e não há o risco da concorrência. No futuro, acredito que será preciso questionar a existência da própria Justiça do Trabalho. O Brasil é um dos poucos países do mundo que têm Justiça do Trabalho, sendo que com a característica exclusivamente brasileira de ser uma justiça que faz e revoga leis.

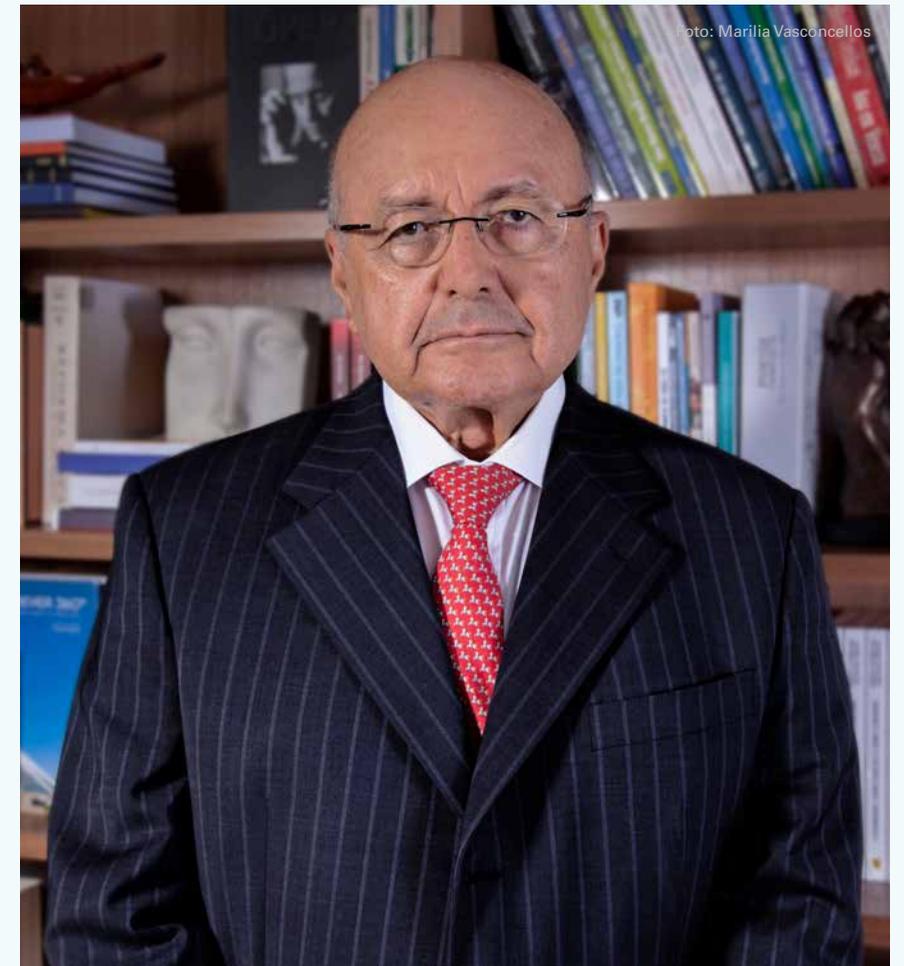
Mas a tributária não é uma reforma estrutural?

Essa é uma reforma micro com toda certeza. A reforma estrutural não deixa de ser micro. Há reformas micros mais profundas e reformas estruturais mais leves. Eu não faço distinção entre as reformas microeconômicas e estruturais. Qualifico a tributária como uma reforma estrutural micro e uma das mais desafiadoras para o Brasil. Duvido que seja feita no atual governo. Tudo depende do

que se considera reforma. Se você muda a maneira de recolher PIS e Cofins, como o governo anunciou que pretende fazer, isso é uma reforma. É uma reforma que tem um efeito positivo ao reduzir burocracia e custos, mas está longe de merecer o título da reforma tributária de que o Brasil precisa.

Como desonerar a cadeia produtiva?

É impossível no Brasil desonerar completamente a cadeia produtiva de um bem exportável. O Brasil tem de reconstruir o seu sistema tributário de consumo e para isso não precisa inventar nada. O Brasil deveria adotar o modelo que prevalece em mais de 150 países, de um imposto sobre o valor agregado nacional arrecadado pela União e repartido de maneira automática com os estados. Isso vai implicar inclusive na extinção do Simples, um imposto retrógrado, que se justifica nas circunstâncias atuais do país, que tem um sistema complexo e nenhuma



É preciso estimular o mercado de capitais para facilitar o crédito, diz o ex-ministro

pequena empresa consegue acompanhar. O Simples cria o chamado complexo de Peter Pan, no qual a empresa não tem nenhum incentivo a ser grande.

O que pode ser feito para facilitar a abertura e fechamento de empresas no Brasil?

Acho que precisa ser feita uma redução muito forte da burocracia. Isso é possível se houver vontade política. A tecnologia digital permite hoje informatizar todo o processo de abertura e fechamento de empresas.

E como facilitar os procedimentos de importação e exportação?

Há muita coisa a ser feita. O sistema tarifário brasileiro bagunçou de vez. Essa é uma reforma microeconômica de quase ninguém fala, mas será necessária. É uma revisão do sistema tarifário, que é cheio de incongruências e inconsistências.

Como melhorar as condições de capital de giro para as empresas e, ao mesmo tempo, estimular a participação do setor privado no financiamento de longo prazo?

Facilitar o crédito para as empresas é trabalhar na redução de amarras estruturais que fazem com que a taxa de juros seja elevada no Brasil. São duas coisas. Primeiro, a questão do direcionamento de crédito. Essa segmentação é um dos motivos da alta taxa de juros no país. O segundo é uma questão mais jurídica. Devemos trabalhar para mudar a cultura do Judiciário, que sempre acha que o devedor é um coitadinho a ser protegido e que deve decidir sempre contra o sistema financeiro. Na questão do financiamento de longo prazo, estamos preparados. Mas ao contrário do que muitos dizem, não será por meio dos bancos. Esse vai ser um papel do mercado de capitais, que não deve ser confundido com a Bolsa de Valores.

MERCOSUL RETOMA NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

UNIÃO EUROPEIA, CANADÁ E PAÍSES
LATINO-AMERICANOS ESTÃO ENTRE
AS PRIORIDADES DA AGENDA

Foto: R.M. Nunes / Shutterstock.com



Depois de obter um superávit de US\$ 47 bilhões na balança comercial em 2016, o maior já registrado na série histórica iniciada em 1980, o governo brasileiro busca, agora, fazer novos acordos comerciais e ampliar antigas parcerias. A expectativa da equipe do presidente Michel Temer é que um acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul seja concluído no começo do próximo ano. Os dois blocos comerciais já fizeram ofertas de redução de barreiras comerciais e a avaliação do governo e do setor privado é que um acordo hoje está mais próximo, uma vez que há mais interesse político e econômico na conclusão das negociações.

As conversas entre o Mercosul e a União Europeia para a redução de barreiras comerciais se arrastam há quase 20 anos. Começaram em 1999, mas foram interrompidas em 2004, após uma troca malsucedida de ofertas por parte dos dois blocos. As conversas foram retomadas em 2010 e, apesar das diversas rodadas de negociações, estavam praticamente paradas até o ano passado, quando a assinatura de novos acordos comerciais parece ter voltado efetivamente para a pauta externa brasileira. Na avaliação dos interlocutores que participam das negociações, agora há maior suporte político dos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e dos membros da União Europeia (UE) para levar adiante as conversas entre os dois blocos econômicos.

Em 2016, as exportações brasileiras para a União Europeia alcançaram US\$ 33,8 bilhões, ficando praticamente estáveis em relação aos US\$ 33,9 bilhões exportados no ano anterior, mas com uma pequena queda em relação aos US\$ 42 bilhões vendidos em 2014. A pauta das exportações brasileiras para a UE é composta, principalmente,

por produtos básicos e semimanufaturados. Os principais produtos exportados foram farelo de soja, café em grãos, minério de ferro, soja em grãos e celulose. Mais de 7 mil empresas brasileiras exportam para a União Europeia e quase 20 mil importam produtos do bloco econômico europeu.

“Há, hoje, um maior interesse dos países da União Europeia em fechar um acordo com o Mercosul”, avalia Sandra Rios, diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes). Segundo ela, a inclusão dos acordos comerciais na pauta externa do Brasil começou no segundo semestre de 2015 e veio crescendo desde então. Na Europa, além do acordo de livre-comércio, também foram iniciadas conversas com a EFTA (sigla em inglês para Associação Europeia de Livre Comércio), bloco econômico integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Conforme estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o acordo entre o Mercosul e a União Europeia pode ampliar as oportunidades para 1.101 produtos brasileiros, que hoje têm vantagem comparativa em relação aos produtos europeus. Desses, 68% pagam tarifas. Para a entidade, é fundamental avançar nos temas econômicos e comerciais do Mercosul porque ao se dedicar, nos últimos anos, à agenda política, o bloco econômico perdeu oportunidades de atrair investimentos e integrar setores importantes das economias nacionais que compõem o grupo.

Fora do Mercosul, também avançaram as negociações para ampliar dois acordos comerciais bilaterais que o Brasil tem com o México. Um deles beneficia o setor automotivo e o outro reúne um total de 800 produtos que têm benefícios tarifários, dos quais metade tem alíquota zero dos dois lados e o restante

tem tarifas reduzidas. As negociações para ampliar esse acordo recomeçaram em 2015, quando o Brasil passava por uma grande instabilidade política, e a expectativa era que tivessem sido concluídas em 2016, o que não ocorreu. A previsão, agora, tanto no governo quanto no setor privado, é concluir os termos do acordo no próximo ano. Em 2016, as exportações brasileiras para o México somaram US\$ 3,813 bilhões.

Os acordos comerciais voltaram à agenda de política externa do Brasil após pressão do empresariado, que reclamou pelo fato de o país ter ficado à margem de algumas negociações consideradas importantes e, ao mesmo tempo, perdido preferência e acesso a mercados relevantes.

Recentemente, houve avanços em negociações comerciais com países do Mercosul, onde a pauta de acordos comerciais estava praticamente parada. A troca do governo argentino, com a eleição de Mauricio Macri para a Presidência da República, é considerada por negociadores brasileiros como um fator importante para a melhora nas relações comerciais entre Brasil e Argentina. Em abril, os países integrantes do Mercosul fecharam um acordo de investimento entre os membros do bloco e agora negociam um acordo para liberalizar compras governamentais – que deve entrar em vigor no próximo ano, conforme expectativas do governo brasileiro e de empresários nacionais. Embora não haja uma previsão de quando passará a vigorar, a expectativa é que as negociações sejam concluídas ainda este ano.

Ainda na região da América Latina, o Brasil retomou negociações com os países que fazem parte da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia e Peru), com os quais já tinha acordos comerciais em menor escala. Já foram negociados

acordos em três áreas com Peru e Colômbia: serviços, compras governamentais e investimentos – esse último num estágio mais avançado. Também foi negociado um acordo de investimentos com o Chile, país com o qual também há conversas para eliminar barreiras em compras governamentais. De uma maneira geral, o objetivo dessas conversas é ampliar acordos vigentes restritos às tarifas.

Recentemente, o Brasil também fechou novos acordos automotivos com Argentina, Uruguai e México. Em 2016, o Brasil teve um superávit de US\$ 4,3 bilhões com a economia portenha, maior saldo do comércio bilateral desde 2011. No ano passado, as exportações para a Argentina tiveram um crescimento de 4,4% na comparação com 2015, chegando a US\$ 13,4 bilhões.

Ainda no continente americano, o Brasil retomou conversa para um acordo comercial com o Canadá, país listado como mercado relevante por parte do empresariado industrial. Mas a expectativa é que as negociações devam evoluir lentamente, uma vez que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, quer rever os acordos com o Canadá que, junto com o e México, fazem parte do Nafta (bloco econômico que reúne os países da América do Norte).

O governo brasileiro estuda, também, a possibilidade de buscar acordos comerciais com o Japão e a Coreia do Sul. No caso desses dois países, as tratativas ainda estão em estágio inicial. O governo brasileiro também deve fazer consulta pública aos empresários para avaliar outros acordos comerciais que podem entrar na pauta da política externa brasileira, que vem buscando uma atuação mais integrada entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Ministério das Relações Exteriores,

o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

A troca do comando no Ministério das Relações Exteriores, com a posse do senador Aloysio Nunes no lugar do também senador José Serra, ambos do PSDB, não mudou a orientação de colocar os acordos comerciais na pauta. Num encontro com empresários e executivos estrangeiros realizado em março, em Brasília, Nunes listou três prioridades da nova política externa brasileira: aumentar a rede de acordos comerciais, reduzir o número de barreiras injustificadas aos produtos brasileiros e atrair mais investimentos para o setor produtivo.

No encontro, Nunes afirmou que “os novos acordos comerciais deverão ter uma concepção universalista”, o que significa, segundo ele, que “o Brasil vai se engajar em negociações com países de diferentes estágios de desenvolvimento”. Ele destacou, ainda, a importância do Mercosul para aumentar a competitividade das economias dos países do Cone Sul e os avanços nas negociações com a União Europeia, que, segundo o ministro, podem ser concluídas ainda em 2017.

Além disso, temas da área de comércio exterior estão na agenda de reforma microeconômica que o governo pretende colocar em discussão pública assim que avançarem no Congresso Nacional as votações das reformas da Previdência Social e trabalhista. O objetivo é adotar medidas que agilizem o processo de exportação e importação, reduzindo prazo e procedimentos burocráticos.

Os Estados Unidos, um dos principais parceiros comerciais do Brasil, ao lado de China e da Argentina, também passaram a ter uma maior atenção do

ponto de vista comercial, uma vez que o Brasil gostaria de ampliar o comércio no mercado norte-americano e atrair novos investimentos por meio das concessões públicas. Embora tenha interesse em aumentar a cooperação comercial com os Estados Unidos, o governo vem acompanhando de perto as diretrizes da administração Trump, em especial aquelas que possam afetar os interesses comerciais brasileiros.

Em maio aconteceu nova reunião do Business 20 (B20), plataforma empresarial do G20. O diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes, que participou do encontro, disse que “o traço marcante do B20 na Alemanha foi a ênfase nos impactos da economia digital nas várias áreas da economia”. Segundo ele, “o tema esteve presente nas agendas de um grupo temático e também dos grupos de comércio, pequenas e médias empresas, financiamento, trabalho e infraestrutura”.

A próxima reunião do B20 será na Argentina, em 2018. Fernandes avalia que o ideal seria buscar “integrar o momento da reunião do B20 com reuniões do G20 de modo a garantir uma maior interação com os governos”. Embora a agenda na Argentina ainda não tenha sido definida, emprego e educação são dois temas que, na opinião do diretor da CNI, merecerão destaque. “Devemos buscar temas de interesse global, mas que ajudem a dar luz para a agenda de reformas estruturais na região, a exemplo das relações do trabalho e infraestrutura”, disse.

O B20 foi criado em 2010 pelo G20 como mecanismo de diálogo entre os líderes empresariais globais e os chefes de Estado. Desde sua criação, foram entregues mais de 400 recomendações de fortalecimento da agenda empresarial aos líderes do G20.

PRINCIPAIS MERCADOS E PRODUTOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2016 (US\$ MILHÕES)

DADOS DA SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

 México	3.813
 Automóveis de passageiros	288
 Veículos de carga	261
 Motores para veículos automóveis e suas partes	247
 Partes e peças para veículos automóveis e tratores	155
 Demais produtos manufaturados	148

 Chile	4.080
 Óleo bruto de petróleo	1.088
 Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	296
 Demais produtos semimanufaturados	162
 Veículos de carga	162
 Chassis com motor e carroçarias para automóveis	145

 Estados Unidos	23.156
 Aviões	2.904
 Produtos semimanufaturados de ferro e aço	1.271
 Óleos brutos de petróleo	1.120
 Café cru em grão	938
 Celulose	871
 Demais produtos manufaturados	783

 Argentina	13.417
 Automóveis de passageiros	3.357
 Veículos de carga	1.183
 Partes e peças para veículos automotores e tratores	871
 Demais produtos manufaturados	628
 Tratores	374

 Países Baixos (Holanda)	10.322
 Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas etc.	1.312
 Tubos flexíveis de ferro e aço	1.250
 Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	1.083
 Minério de ferro e seus concentrados	815
 Celulose	757

 China	35.133
 Soja, mesmo triturada	14.386
 Minério de ferro e seus concentrados	7.314
 Óleos brutos de petróleo	3.908
 Celulose	2.163
 Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada	859

 Alemanha	4.860
 Café cru em grão	953
 Farelo e resíduo da extração de óleo de soja	520
 Minério de cobre e seus concentrados	445
 Soja, mesmo triturada	272
 Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	237

 Japão	4.604
 Minério de ferro e seus concentrados	1.073
 Carne de frango congelada, fresca ou refrigerada	719
 Milho em grãos	454
 Café cru em grãos	412
 Alumínio bruto	246

Foto: Sérgio Lima / CNI



REFORMA TRABALHISTA TRAZ DIÁLOGO, DIZ CNI EM ARTIGO EM *O GLOBO*

Em artigo publicado no jornal *O Globo*, Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avalia que a proposta de modernização da legislação trabalhista, aprovada pela Câmara dos Deputados no último dia 27 de abril, firma uma importante premissa: valorizar a negociação coletiva. Segundo Andrade, o mundo avançou, mas a regulamentação do trabalho ficou estagnada no tempo. Para ele, a reforma incentiva o diálogo, sem revogar direitos constitucionais, e privilegia o acordo coletivo, a segurança jurídica, o aumento da produtividade, a redução de custos e a ampliação da competitividade.

INDÚSTRIA LANÇA CARTILHA PARA REGULARIZAÇÃO DE SINDICATOS

O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), da CNI, lançou, em abril, a segunda edição da cartilha *Sindicato Legal*, que traz o passo a passo do processo de regularização dos sindicatos empresariais filiados às federações de indústria. Revisada e atualizada, a cartilha incorpora alterações feitas por novos atos normativos publicados entre 2010 (ano da primeira edição) e 2016. A publicação busca estimular a adoção de boas práticas de gestão e incentivar a regularização dos sindicatos, e está disponível para consulta no *site* do PDA.

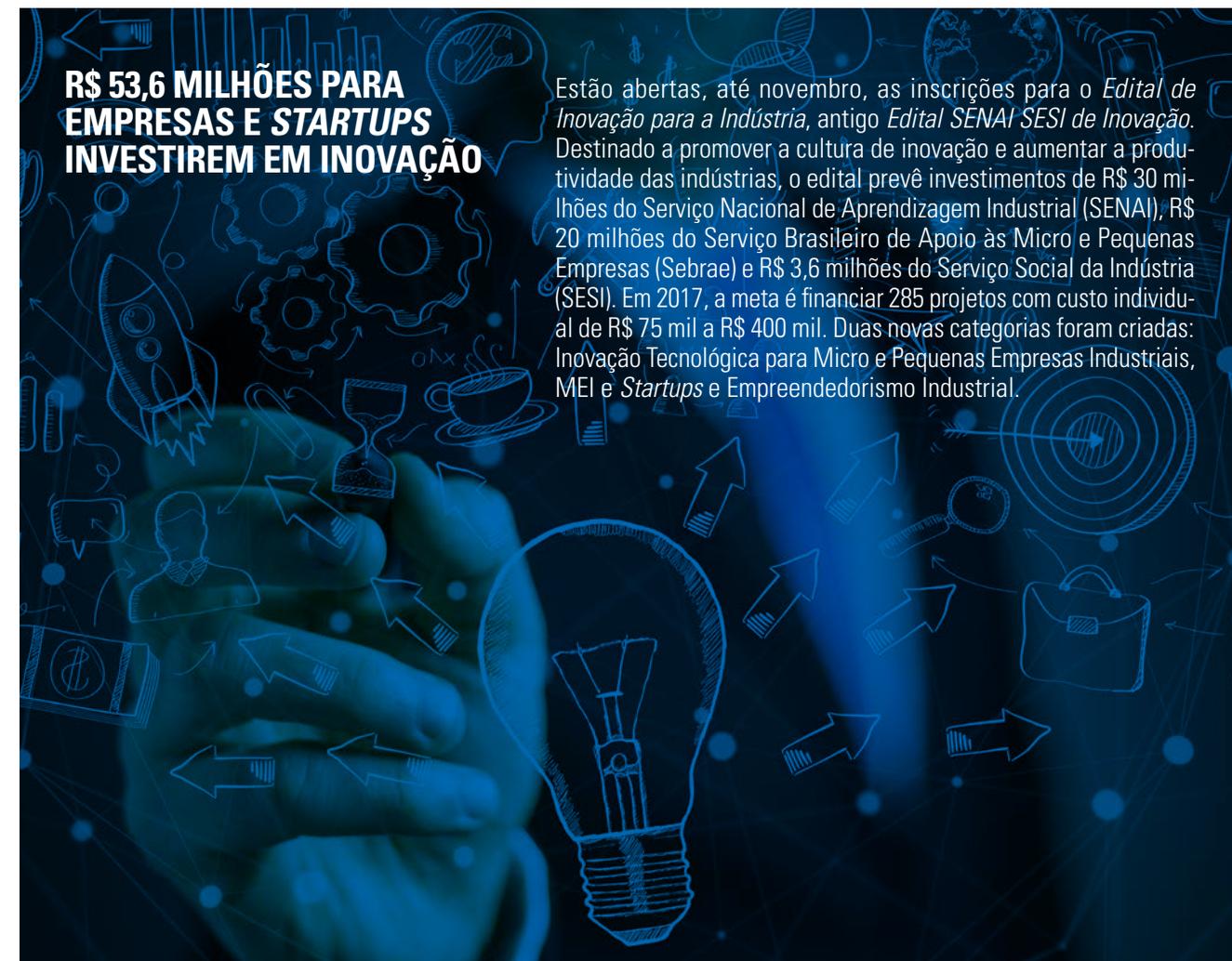


CONTRATE UMA EMPRESA JÚNIOR

O lançamento da campanha *Contrate uma EJ* foi o mote da comemoração de um ano da Lei da Empresa Júnior (Lei nº 13.267/2016) realizada, em abril, pela CNI, em Brasília. Participaram o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a Confederação Brasileira de Empresas Juniores (Brasil Júnior) e representantes de diversas entidades. A campanha promove uma plataforma virtual que conectará empresas juniores ao mercado de pequenos negócios. Hoje, são mais de 11 mil jovens profissionais de 280 universidades brasileiras, que atuam em 1.200 EJs. O Brasil é líder mundial na criação de firmas do segmento, que faturou R\$ 11 milhões, em 2016.

R\$ 53,6 MILHÕES PARA EMPRESAS E STARTUPS INVESTIREM EM INOVAÇÃO

Estão abertas, até novembro, as inscrições para o *Editais de Inovação para a Indústria*, antigo *Editais SENAI Sesi de Inovação*. Destinado a promover a cultura de inovação e aumentar a produtividade das indústrias, o edital prevê investimentos de R\$ 30 milhões do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), R\$ 20 milhões do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e R\$ 3,6 milhões do Serviço Social da Indústria (SESI). Em 2017, a meta é financiar 285 projetos com custo individual de R\$ 75 mil a R\$ 400 mil. Duas novas categorias foram criadas: Inovação Tecnológica para Micro e Pequenas Empresas Industriais, MEI e Startups e Empreendedorismo Industrial.



CNI PROPÕE 86 AÇÕES PARA O BRASIL INCREMENTAR O COMÉRCIO EXTERIOR

Internacionalizar empresas, reduzir custos com comércio exterior e ampliar o mercado externo para produtos brasileiros são propostas da CNI na segunda edição da *Agenda Internacional da Indústria*, lançada em abril. São 86 ações prioritárias para 2017, das quais 55 tratam sobre políticas comerciais e 31 de serviços de apoio à internacionalização de empresas. Os acordos comerciais são parte importante da agenda, bem como os temas econômicos e comerciais do Mercosul e a formulação e defesa de políticas públicas.





Comissão Especial reunida para votação do relatório do deputado Arthur Maia, que modificou proposta inicial de Reforma da Previdência feita pelo governo

Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

REFORMA DA PREVIDÊNCIA AVANÇA

APROVADA NA COMISSÃO ESPECIAL, PROPOSTA QUE ALTERA REGRAS PREVIDENCIÁRIAS PASSA A VOTAÇÃO NO PLENÁRIO DA CÂMARA, ONDE PRECISA SER APROVADA EM DOIS TURNOS POR MAIORIA QUALIFICADA PARA SEGUIR PARA O SENADO

A proposta de Reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional é considerada a chave para controlar as despesas do governo e colocar a economia nos eixos, evitando-se, assim, o colapso das contas públicas com gastos excessivos em pensões e aposentadorias num futuro próximo.

Todas as fichas foram apostadas pelo governo, que obteve sua primeira vitória com a aprovação, no dia 3 de maio, do texto-base da Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/16 e altera as regras previdenciárias. Por 23 votos favoráveis e 14 contrários, o relatório do deputado federal Arthur Maia (PPS-BA) será encaminhado, agora, ao Plenário da Câmara dos Deputados, onde deverá ser analisado em dois turnos e obter aprovação de 3/5 dos parlamentares daquela Casa.

O texto ainda poderá sofrer mudanças antes de entrar em sua fase crucial: ser aprovado por 308 dos 513 deputados em duas votações no Plenário da Casa para, então, seguir para o Senado Federal.

A proposta enviada pelo Poder Executivo ao Legislativo passou por diversas alterações na Comissão Especial, fruto da pressão de vários setores da economia e da sociedade. O governo espera, agora, economizar R\$ 604 bilhões dos cofres públicos, 76% da projeção inicial, que era de R\$ 793 bilhões para o decênio 2018-2027, segundo expectativa do Ministério da Fazenda.

O texto aprovado determina a idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para homens, com 25 anos de contribuição. Hoje, é possível se aposentar sem idade mínima, com o tempo mínimo de 15 anos de contribuição.

Como regra de transição, será exigida a idade mínima de 53 anos para mulheres e 55 anos para homens, sendo esta elevada em um ano a cada biênio. Haverá um pedágio de 30% sobre o tempo de contribuição que faltar para atingir 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).

Para receber o benefício integral, a pessoa deverá contribuir por 40 anos,

seja homem ou mulher. O valor da aposentadoria corresponderá a 70% do valor dos salários do trabalhador, acrescidos de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, 2% para o que superar 30 anos e 2,5% para o que superar 35 anos. Atualmente, a soma da idade e do tempo de contribuição deve totalizar 85 anos (mulher) e 95 anos (homem), respeitado o tempo mínimo de contribuição de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem).

Para fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que permanecerá vinculado ao salário mínimo, o contribuinte deverá ter idade mínima começando em 65 anos, subindo gradativamente até atingir 68 anos, em 2020. Hoje, o BPC exige idade mínima de 65 anos para idosos de baixa renda.

Com relação às pensões, está mantida a vinculação ao salário mínimo, com possibilidade de acumular aposentadoria e pensão, desde que o benefício não ultrapasse o limite de dois salários mínimos. Hoje, é permitido o acúmulo de pensão com aposentadoria.

BRASIL MAIS PRODUTIVO EM NOVA ETAPA

PROGRAMA, CRIADO HÁ UM ANO, VAI ENFATIZAR AÇÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E TECNOLÓGICA. INCREMENTO EM PRODUTIVIDADE TEM SIDO, EM MÉDIA, SUPERIOR A 50% ENTRE EMPRESAS PARTICIPANTES



Programa foi contratado por 1.782 empresas brasileiras em um ano e investe, agora, em eficiência energética e tecnologia

Para comemorar seu primeiro ano de atividade e expandir suas ações, o programa *Brasil Mais Produtivo* (B+P) dá início a uma nova etapa, com foco em eficiência energética e tecnológica. Também foi lançado um novo portal que confere mais transparência aos resultados obtidos no processo produtivo da indústria brasileira.

Criado em abril do ano passado, o *Brasil Mais Produtivo* reúne um conjunto de ações que visam a ampliar a produtividade das empresas participantes em, pelo menos, 20%, por meio da oferta de consultoria especializada a indústrias de pequeno e médio porte. São avaliados quatro aspectos: produtividade, movimentação, qualidade e retorno financeiro. O objetivo é reduzir os desperdícios mais comuns e, desta forma, agregar valor com melhorias de baixo custo e alto impacto. Nessa primeira fase, a meta foi atender a três mil empresas.

O programa é uma iniciativa do governo federal, coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Conta ainda com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesse primeiro ano, o B+P teve a participação de 1.782 empresas de quatro setores: metalmeccânico, vestuário e calçados, moveleiro e alimentos e bebidas. Essas indústrias alcançaram, em média, 53% de aumento de produtividade, 70% de redução de movimentação, 56,5% de melhoria de qualidade, média de quatro meses para obtenção de retorno do valor investido, e aumento de lucro líquido de, em média, 10 vezes o valor investido.

Ao todo, 568 empresas de todos os estados brasileiros foram atendidas por mais de 500 consultores do Instituto SENAI de Tecnologia e das unidades do SENAI. Outras 1.214

empresas estão recebendo consultoria atualmente.

Os consultores foram treinados para a aplicação de ferramentas focadas no aumento da produtividade da indústria, por meio da redução dos sete tipos de desperdícios mais comuns: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processamento, inventário, movimento e defeitos.

Um bom exemplo de participante do programa é a Twin Peaks, que atua na área de alimentos como salgados e massas congeladas. Instalada em Valinhos (SP), a empresa tem entre os clientes supermercados, cozinhas industriais, hotéis, bufês, restaurantes e lanchonetes e produz, por dia, cerca de dois mil quilos de alimentos. A equipe, composta por 30 funcionários, possui engenheiro de produção, nutricionista e técnicos em alimentos.

Após receber consultoria do B+P, a Twin Peaks trabalhou em pontos de melhoria no padrão do tempo de ciclo entre os sabores, nas perdas devido à pouca prática de seus operadores, na falta de entrega do recheio para a produção e na subutilização de equipamentos. Com isso, ganhou entre 149% e 169% em produtividade e tornou-se mais competitiva no mercado. Em termos de qualidade, conseguiu que, de nove defeitos identificados a cada 150 unidades produzidas, a margem de erro chegasse a zero. O tempo de retorno financeiro do programa foi de 40 dias.

Hoje, a empresa possui um projeto que pretende disseminar o estudo para as demais linhas de produtos. "Já estamos finalizando as mudanças para a linha de folhados. Os resultados ainda não estão fechados, mas já contabilizamos melhorias importantes", comenta a gerente comercial e sócia da Twin Peaks, Juliana Nishimura.

Resultados positivos como esses inspiraram o projeto-piloto de eficiência energética e tecnologia lançado em abril deste ano. O objetivo é atender a cerca de 400 empresas, o que ocorrerá a partir de julho. Nesta próxima fase, serão investidos R\$ 8 milhões em recursos provenientes de parceria com a ABDI e o SENAI e também do Programa Nacional de

Conservação de Energia Elétrica (Procel).

São previstas, ainda, ações no eixo "digitalização e conectividade", destinadas a fornecer às empresas técnicas de digitalização de todo ou de parte do processo produtivo. Na prática, os consultores aplicarão soluções utilizando plataformas tecnológicas como: aplicação de realidade aumentada no chão de fábrica; gerenciamento remoto; implementação da internet das coisas na linha de máquinas; e *big data*.

Esses mecanismos permitirão, por exemplo, a tomada de decisão automatizada para regulação da linha de produção, permitindo aumento do rendimento e da produtividade e ajustes rápidos nos parâmetros para economia de recursos. A metodologia poderá ser aplicada em qualquer setor e a expectativa é que outros segmentos da indústria possam ser integrados ao programa futuramente.

O lançamento do *site Brasil Mais Produtivo* foi outro passo importante no sentido de possibilitar maior transparência nas ações desenvolvidas. Agora, qualquer cidadão pode verificar, pelo portal da internet, os resultados do programa e os recursos investidos. Também podem ser vistos casos de sucesso, bem como as empresas interessadas podem preencher formulário para se cadastrarem no programa, entre outras facilidades.

Para o engenheiro de robótica Pedro Galhardo, que há 11 meses trabalha em uma empresa global em Londres (Inglaterra) e que já atuou como gerente de produção em uma indústria brasileira, um dos desafios para aumentar a produtividade é encontrar o ponto de equilíbrio entre atuar sobre os processos produtivos e o desempenho do trabalhador. "A aplicação de ferramentas de gestão, aliada ao investimento tecnológico, para melhoria contínua dos processos e sua integração com outros, como a avaliação da performance do trabalhador, serão os verdadeiros responsáveis na mudança dos resultados da equipe", aponta Galhardo.

Em dois anos, estão previstos investimentos de R\$ 50 milhões, sendo que o custo de cada empresa é de R\$ 18 mil – destes, R\$ 15 mil aportados pelos realizadores do programa. O restante é contrapartida do participante.

INDICADORES DO PROGRAMA



AUMENTO MÉDIO DE PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO B+P: 53%



META (SUPERADA): 20% DE AUMENTO MÉDIO

STATUS DE ATENDIMENTOS



EM EXECUÇÃO: 1.214



CONCLUÍDOS: 568



TOTAL DE CONTRATAÇÕES: 1.782



META: 3 MIL EMPRESAS ATENDIDAS EM 2016 E 2017

Fonte: SENAI e IBGE (acumulado até 28.04.2017)

FATURAMENTO EM RECUPERAÇÃO

INDICADOR CRESCE PELA TERCEIRA VEZ EM CINCO MESES, MAS VARIAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS DOS ÍNDICES DEMONSTRAM QUE RETOMADA DA ATIVIDADE INDUSTRIAL AINDA É INCIPIENTE

Indicadores Industriais de março mostram aumento do faturamento industrial, da massa salarial e do rendimento, e redução da ociosidade do parque industrial

Impulsionado pela melhora nas expectativas econômicas e pela redução da taxa básica de juros, que baixou três pontos percentuais entre janeiro e abril, alguns indicadores da atividade econômica mostram sinais de recuperação. Em março, o faturamento real da indústria aumentou 2,4% na comparação com o mesmo período do ano passado, na série livre de efeitos sazonais, conforme dados da pesquisa *Indicadores Industriais*, divulgada em maio pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Foi o terceiro crescimento do indicador nos últimos cinco meses, que acumula uma alta de 5,5% nesse tempo. Os *Indicadores Industriais* mostram, ainda, aumento da massa salarial e do rendimento, além de queda da ociosidade do parque industrial brasileiro. A massa salarial e o rendimento cresceram pela primeira vez em cinco meses. Enquanto a massa salarial subiu 0,4% em março frente a fevereiro, o rendimento

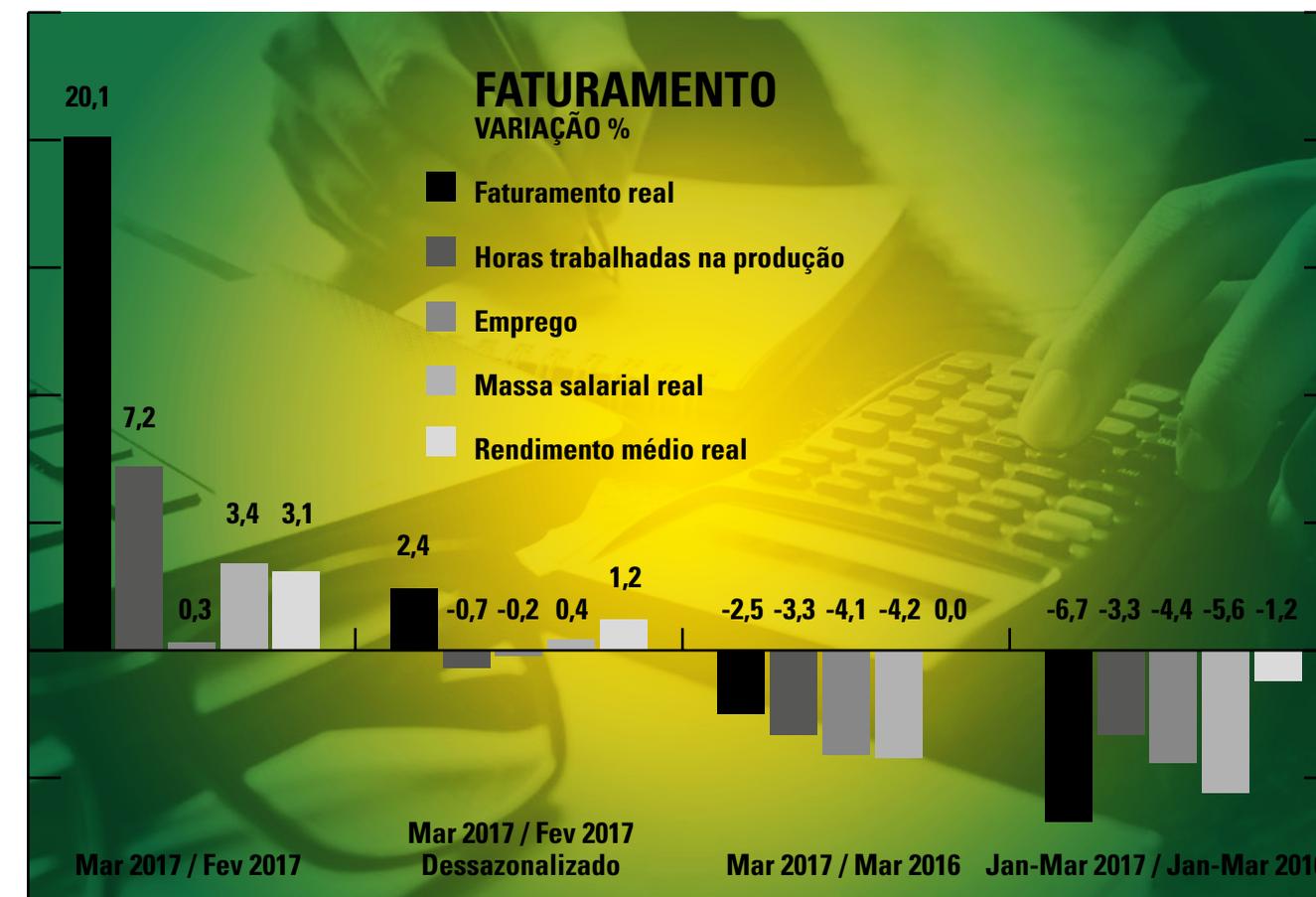
teve alta de 1,2% no período, na série dessazonalizada.

Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada no começo de maio, também apontou crescimento da confiança do empresário industrial. O *Índice de Confiança da Indústria* avançou 0,5 ponto em abril para 91,2 pontos – maior índice registrado desde maio de 2014, quando estava em 92,2 pontos. Em abril, a alta atingiu 11 dos 19 segmentos industriais e foi resultado da melhora das expectativas e suave piora da situação atual.

Enquanto o *Índice de Expectativas* (IE) teve elevação de 1,3 ponto, passando para 94,4 pontos (maior pontuação desde abril de 2014, quando estava em 96,9 pontos), o *Índice da Situação Atual* (ISA) caiu 0,2 ponto, passando para 88,3 pontos. O aumento das expectativas com a evolução do ambiente de negócios, que subiu 3,3 pontos (chegando a 97,2 pontos), foi fundamental para a melhora do IE.

A pesquisa da FGV mostra, ainda, que cresceu a proporção de empresas prevendo melhora na situação dos negócios nos próximos seis meses, de 30,7% para 39,7%, enquanto houve retração das que estimam uma piora, de 11% para 10,4%. Ainda de acordo com essa pesquisa, o Nível de Uso da Capacidade Instalada (NUCI) subiu 0,3 ponto percentual em abril, para 74,7 pontos.

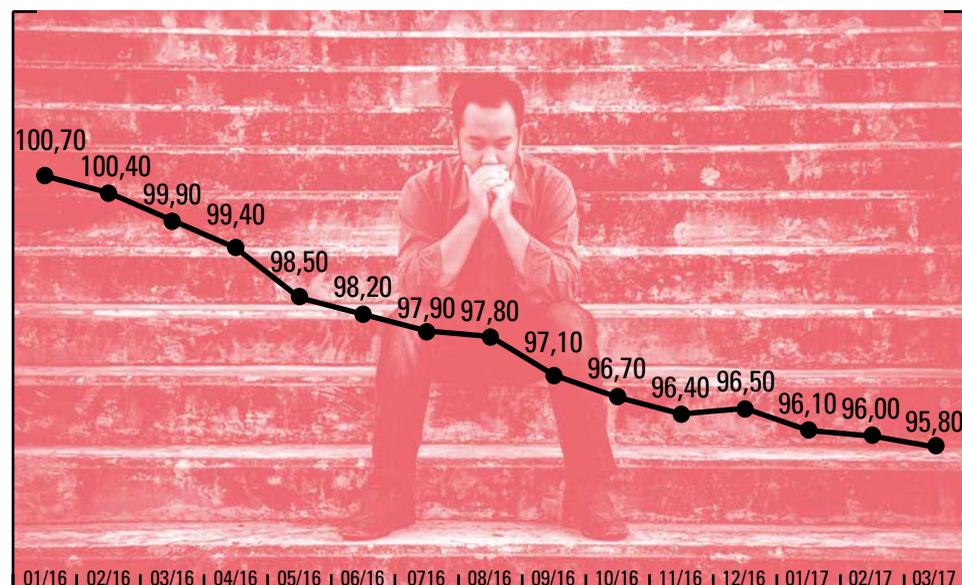
Divulgado em abril, o indicador do Banco Central que mede o ritmo de crescimento da economia registrou avanço de 1,31% em fevereiro em relação ao mês anterior. Conhecido como IBC-Br, o índice criado para tentar antecipar a tendência do PIB (Produto Interno Bruto) ficou acima do esperado pelos analistas. O bom resultado foi atribuído a mudanças na metodologia de cálculo da atividade dos setores de comércio e serviços e à expectativa de safras recordes de grãos neste ano.



Fonte: Indicadores Industriais / CNI

EMPREGO CAI PELO 3º MÊS CONSECUTIVO

Emprego na indústria de transformação
Dados dessazonalizados (base fixa)



Como previsto por especialistas de mercado de trabalho, a oferta de emprego, sempre um dos últimos indicadores a registrar a recuperação da economia, teve novo recuo. O emprego na indústria caiu 0,2% em março na comparação com fevereiro, na série dessazonalizada. Foi o terceiro mês de queda consecutiva do indicador após alta de apenas 0,1% em dezembro, na comparação com novembro. No ano, o emprego acumula déficit de 0,7%. Ao se comparar os primeiros trimestres de 2017 e 2016, a queda alcança 4,4%.

Fonte: Indicadores Industriais / CNI

CRESCIMENTO TÍMIDO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

Evolução do nível de atividade (índice de difusão de 0 a 100 pontos)



A atividade da indústria da construção continua em queda, mas o recuo está cada vez menos intenso e disseminado pelo setor. O índice de evolução do nível de atividade atingiu 44,5 pontos em março, o maior valor desde agosto de 2014. Embora o índice permaneça abaixo dos 50 pontos, o que denota que a atividade segue em baixa, registrou crescimento de 4,2 pontos em março, frente ao mês anterior. É o terceiro crescimento consecutivo e a maior elevação mensal desde o início da série, em dezembro de 2009.

Fonte: Indicadores Industriais / CNI

Obs.: O índice varia de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento do nível de atividade na comparação com o mês anterior.

HORAS TRABALHADAS TÊM RETRAÇÃO

Horas trabalhadas na produção (Indústria de transformação)
Dados dessazonalizados (base fixa)

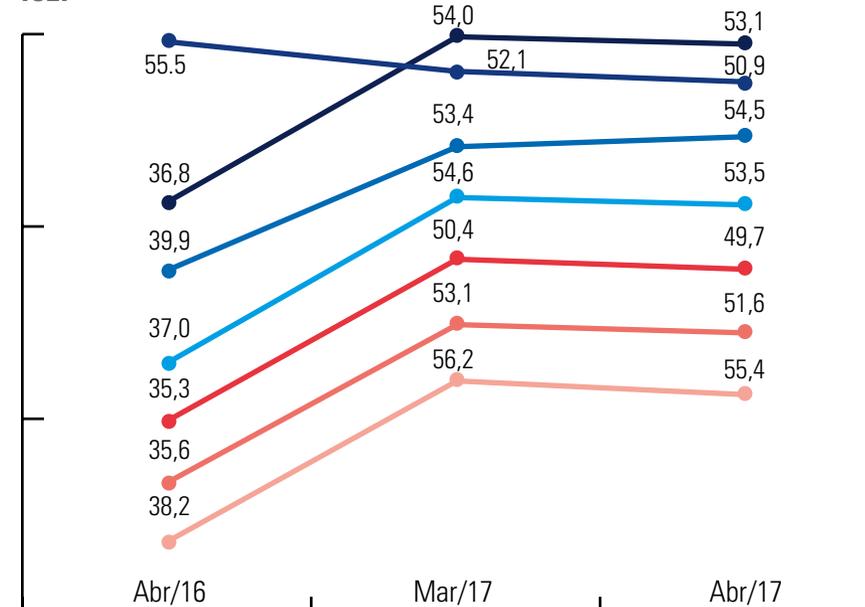
As horas trabalhadas na produção industrial tiveram queda de 0,7% em março, na série livre de efeitos sazonais, conforme os *Indicadores Industriais*. Foi o terceiro mês seguido de retração das horas trabalhadas, que acumulam redução de 1,9% em 2017. No primeiro trimestre, houve decréscimo das horas trabalhadas na ordem de 3,3%, na comparação com igual período de 2016. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a produção na indústria brasileira caiu 1,8% em março em relação a fevereiro, mas registrou uma expansão de 1,1% comparada a março de 2016.



Fonte: Indicadores Industriais / CNI

ICEI BAIXO EM ABRIL MOSTRA ACOMODAÇÃO

ICEI



Obs.: O ICEI varia no intervalo de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam confiança do empresário.

Fonte: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) / CNI

Depois de crescer por três meses consecutivos, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu 0,9 ponto em abril, na comparação com março. Com isso, o indicador recuou para 53,1 pontos, o mesmo valor de fevereiro. Apesar da queda, o índice manteve-se acima da linha divisória de 50 pontos, o que significa dizer que os empresários permanecem confiantes. Em relação com abril de 2016, a melhora da confiança é significativa: alta de 16,3 pontos. A piora do ICEI de abril deve-se, principalmente, a uma acomodação das expectativas, cujo índice regrediu 1,4 ponto, de 58 para 56,6 pontos.

- Segmento Industrial
- Indústria da Construção
- Indústria Extrativa
- Indústria de Transformação
- Pequenas Empresas
- Médias Empresas
- Grandes Empresas



DIPLOMATAS VISITAM ROTA DO CHARUTO NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Uma comitiva de 30 diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, de representantes da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) visitou, em março, a *Rota do Charuto*, no Recôncavo Baiano. Eles conheceram a cadeia produtiva do tabaco, desde o plantio da semente até o charuto finalizado. O objetivo é apresentar o setor – que movimentava R\$ 90 milhões/ano – a pessoas com potencial de difundir informações comerciais para a exportação do produto. Cerca de 15 milhões de charutos são produzidos na Bahia, anualmente, gerando 4.500 empregos, diretos e indiretos, principalmente para mulheres que representam arrimo de família.

SERTÃO PARAIBANO INAUGURA NOVA FÁBRICA DO SEGMENTO TÊXTIL

João Pessoa, Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras são os principais polos de produção têxtil da Paraíba e abrigam um dos pilares da produção industrial no estado, o setor têxtil. Na contramão da crise econômica, em abril, a Indústria Patex Patamutê Ltda. inaugurou sua segunda unidade para produção de fios de resíduos em Cajazeiras, no sertão. A fábrica atende, de forma diferenciada, aos segmentos tecelagem, malharia e fábricas de barbante. Essa indústria gera aproximadamente 400 empregos diretos na região e produz 900 toneladas, por mês, de fios.

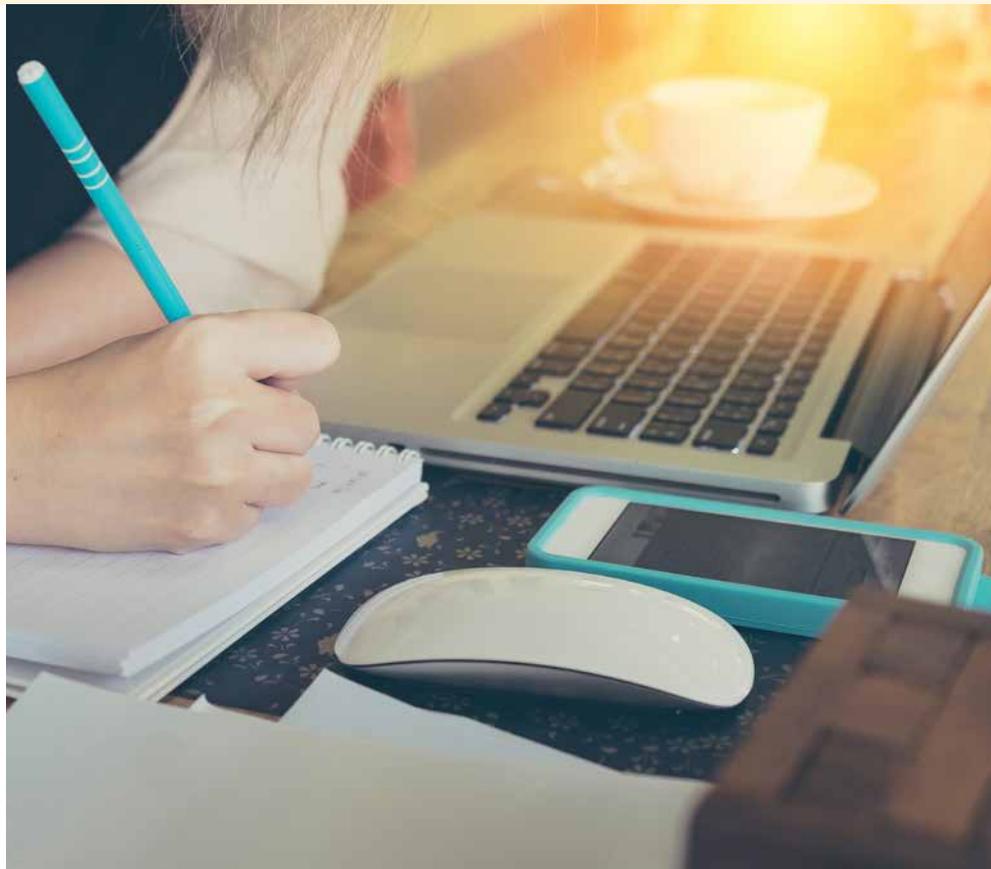


FIEMG INVESTE EM SEGURANÇA E SAÚDE NO VALE DO PARANAÍBA

Inaugurada em abril pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), a unidade de Segurança e Saúde no Trabalho do Serviço Social da Indústria (SESI) de Uberlândia tem capacidade para atender a 18 mil trabalhadores e conta com profissionais das áreas de Medicina, de Engenharia Ocupacional e de Ergonomia. Também são oferecidos serviços para os programas de Prevenção de Riscos Ambientais e de Controle Médico de Saúde Ocupacional, entre outros. As práticas de segurança e saúde no trabalho são obrigatórias pela legislação brasileira. Apesar disso, o Brasil ocupa o 4º lugar no *ranking* mundial de acidentes de trabalho. Em 2015, houve uma queda de 14% no número de acidentes laborais.

SENAI-MA APRIMORA ENSINO A DISTÂNCIA

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Maranhão (SENAI-MA) oferece 13 minicursos gratuitos em competências transversais. São quatro cursos na área técnica (1.200 h) e nove de qualificação profissional (160 h), que exigem carga horária presencial de 20%. As áreas de capacitação são: segurança do trabalho, edificações, assistente administrativo, técnico em redes de computadores, electricista, entre outros. Dentre os temas ministrados estão consumo consciente de energia, educação ambiental, empreendedorismo, finanças pessoais e propriedade intelectual.



PI E RN INCENTIVAM PRODUÇÃO DE TIJOLOS PADRONIZADOS

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI) e parceiros têm feito campanhas de incentivo à adoção, pela indústria ceramista, da Regulamentação Técnica para Componentes Cerâmicos para Alvenaria, Portaria nº 558/2013 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). As ações visam a evitar que o consumidor seja prejudicado pela compra de material fora das normas de controle e com baixa qualidade, como blocos, tijolos maciços e perfurados, entre outros itens cerâmicos.

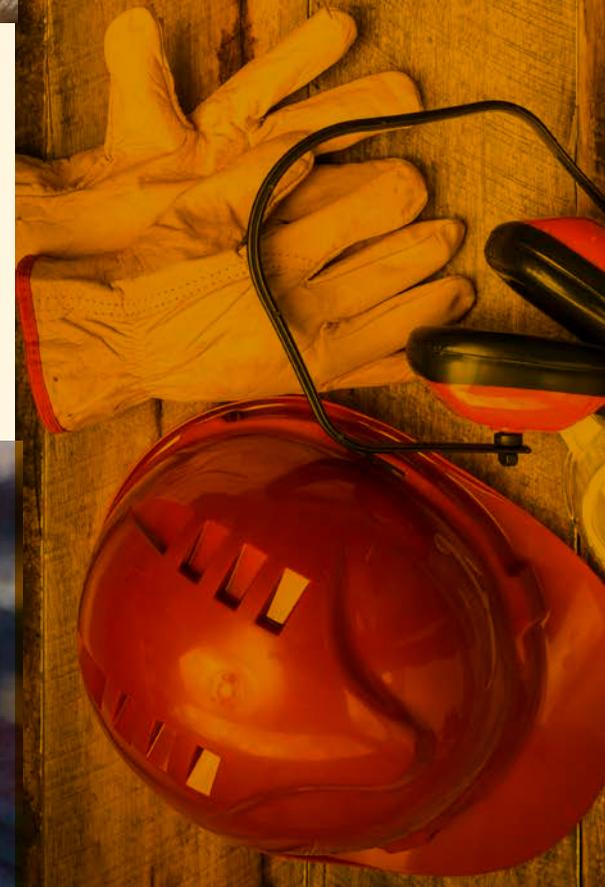


Foto: Shutterstock.com



TRUMP AUMENTA IMPOSTOS PARA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou, por meio de decreto, uma investigação dos déficits comerciais americanos. Até junho, serão verificados preços de *dumping*, subsídios injustos e taxas de câmbio que ele acredita estarem distorcidos. Após a investigação, Trump adotará medidas contra violações da política de comércio. Em 2016, o déficit comercial dos EUA com a China foi de US\$ 347 bilhões; de US\$ 69 bilhões com o Japão; e de US\$ 65 bilhões com a Alemanha. Trump também assinou decreto para instituir sobretaxas aduaneiras de diversos produtos. Dados oficiais apontam que, entre 2001 e 2016, o governo norte-americano deixou de arrecadar US\$ 2,8 bilhões de alfândega.

ARÁBIA SAUDITA COGITA AMPLIAR CORTE DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA OPEP

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) fechou um acordo, em setembro de 2016, para a diminuição da produção excedente em 1,2 milhão de barris por dia (bpd), durante seis meses, a partir de janeiro de 2017. A medida foi tomada para sustentar os preços. Em abril, a Arábia Saudita, maior membro produtor da Opep, comunicou às autoridades da Organização que, durante a reunião, prevista para acontecer em maio próximo, deseja discutir a extensão, por mais seis meses, do acordo do cartel de corte da produção.



Foto: Shutterstock.com

PESQUISA APONTA MELHORA DOS NEGÓCIOS NO JAPÃO

A pesquisa *Tankan* de confiança dos negócios, reportada pelo Banco Central do Japão, revela que, no primeiro trimestre de 2017, as expectativas da indústria japonesa atingiram o melhor índice dos últimos três anos. O estudo é uma das medidas financeiras chave no Japão para controle da economia e possui influência considerável nos preços das ações e na taxa de câmbio. A confiança da indústria aumentou pelo sétimo mês consecutivo e atingiu, em março, 25 pontos, o mais alto índice desde 2014. Em fevereiro, havia alcançado 20 pontos.



Foto: Shutterstock.com



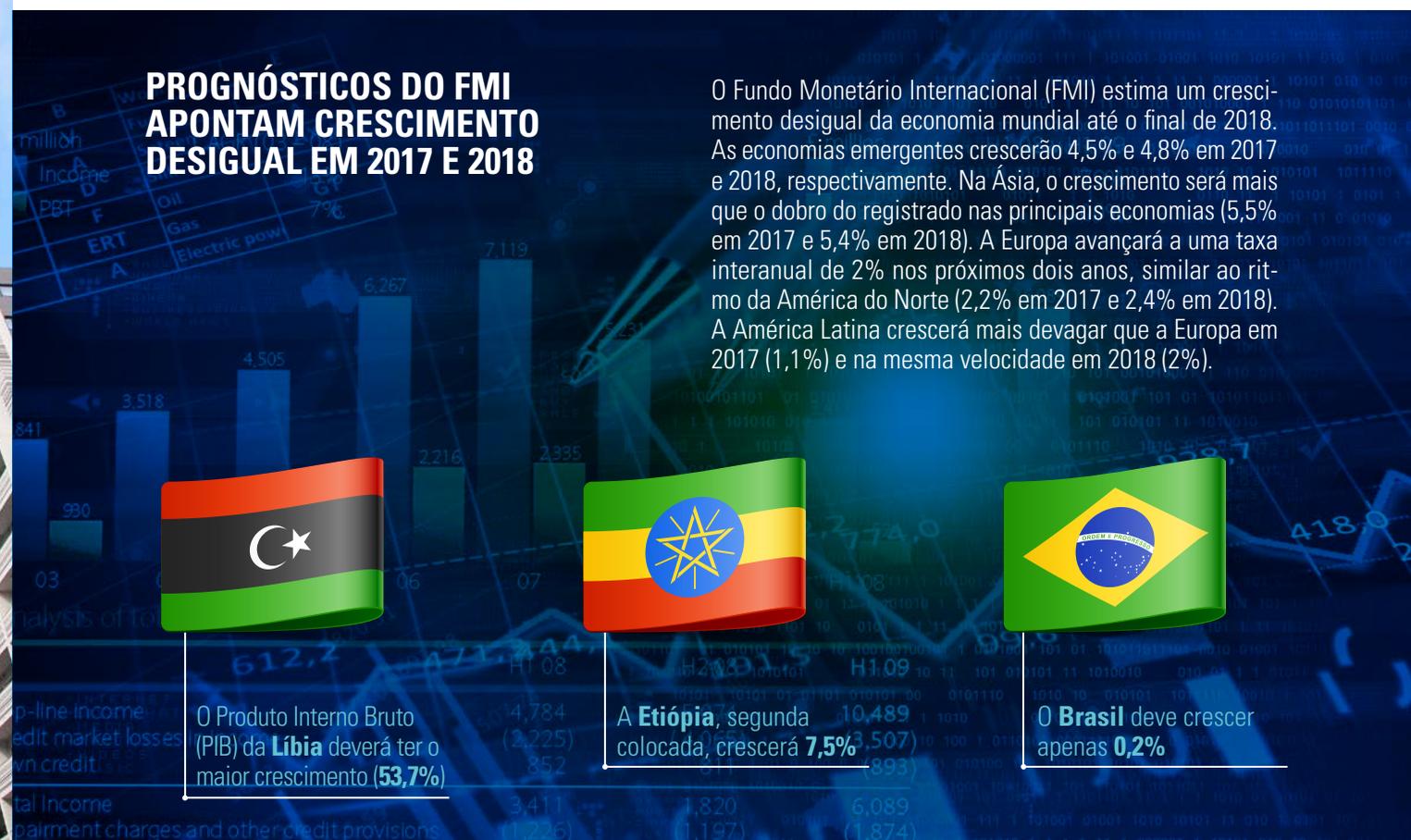
Foto: Shutterstock.com

UE AUMENTA TARIFAS PARA AÇO CHINÊS

A Comissão Europeia aumentou as tarifas de importação para alguns produtos siderúrgicos chineses para evitar práticas de *dumping*, atendendo à queixa apresentada pela associação de aço europeia Eurofer em nome dos produtores do bloco ArcelorMittal, Tata Steel e ThyssenKrupp. O aumento incidiu sobre aço plano laminado a quente, aços-liga e aços sem liga. Os impostos, que eram de 13,2%, subiram para 22,6%, e as tarifas passaram de 18,1% para 35,9%. A sobretaxa não incidiu sobre os mesmos produtos importados do Brasil, do Irã, da Rússia, da Sérvia e da Ucrânia.

PROGNÓSTICOS DO FMI APONTAM CRESCIMENTO DESIGUAL EM 2017 E 2018

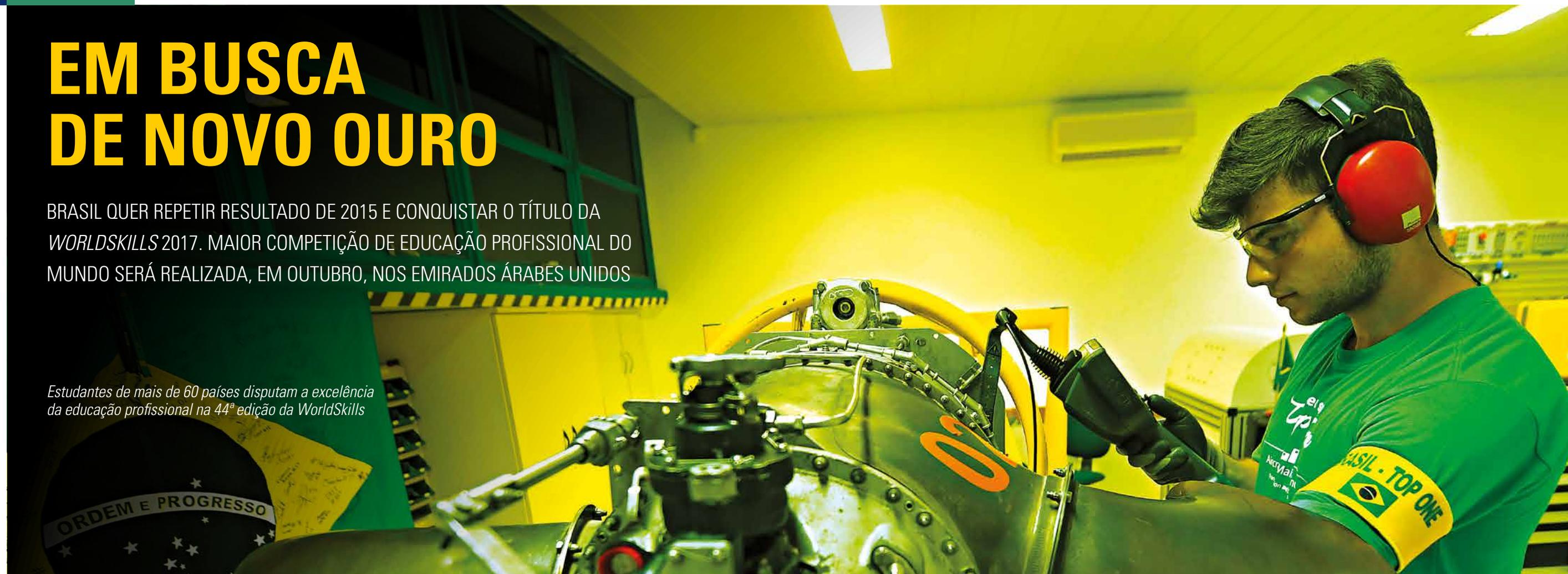
O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um crescimento desigual da economia mundial até o final de 2018. As economias emergentes crescerão 4,5% e 4,8% em 2017 e 2018, respectivamente. Na Ásia, o crescimento será mais que o dobro do registrado nas principais economias (5,5% em 2017 e 5,4% em 2018). A Europa avançará a uma taxa interanual de 2% nos próximos dois anos, similar ao ritmo da América do Norte (2,2% em 2017 e 2,4% em 2018). A América Latina crescerá mais devagar que a Europa em 2017 (1,1%) e na mesma velocidade em 2018 (2%).



EM BUSCA DE NOVO OURO

BRASIL QUER REPETIR RESULTADO DE 2015 E CONQUISTAR O TÍTULO DA *WORLDSKILLS* 2017. MAIOR COMPETIÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO MUNDO SERÁ REALIZADA, EM OUTUBRO, NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Estudantes de mais de 60 países disputam a excelência da educação profissional na 44ª edição da *WorldSkills*



Primero colocado na maior competição de educação profissional do mundo, em 2015, na qual conquistou 27 medalhas, o Brasil quer repetir o sucesso obtido na última edição da *WorldSkills*, ocorrida em São Paulo, e assim se manter como titular do melhor ensino profissional do mundo. A 44ª edição da *WorldSkills* será realizada de 14 a 18 de outubro em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Há provas em áreas que vão desde a automação industrial, passando pela eletrônica e elétrica, até cozinha e confeitaria.

A competição bienal reúne os melhores alunos de mais de 60 países das Américas, Europa, Ásia, África e Pacífico Sul, que disputam medalhas em categorias que correspondem às profissões técnicas da indústria e do setor de serviços. Eles precisam demonstrar habilidades individuais e coletivas para responder aos desafios de suas ocupações

dentro de padrões internacionais de qualidade. Este ano, haverá participantes de 77 países e regiões, divididos em 51 modalidades. Apenas um representante de cada país, seja uma pessoa ou uma equipe, pode disputar cada categoria. Todos os competidores deverão ter até 22 anos de idade completados no ano da competição, exceto em quatro modalidades: cabeamento de rede de informação, mecatrônica, desafio de equipe de fabricação e manutenção de aeronaves, que permitem participação de jovens de até 25 anos.

Para a edição deste ano, o Brasil selecionou 48 jovens para treinamento, vencedores de seletivas realizadas no ano passado, em 32 cidades das 27 unidades da Federação. Em agosto, esses jovens deverão alcançar os índices técnicos exigidos pela organização do evento para dele participar. Ao todo, 407 alunos inscritos em cursos de educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI) estiveram nas seletivas. Nas provas, os jovens executaram tarefas cotidianas de suas áreas de trabalho, de acordo com prazos e padrões internacionais de qualidade.

Para participar da *WorldSkills*, os selecionados precisarão alcançar os índices técnicos exigidos pela organização do evento, que variam de uma modalidade para outra. Desde outubro do ano passado, eles integram um rigoroso treinamento preparatório. A primeira etapa, realizada em Brasília (DF), incluiu palestras motivacionais e um diagnóstico completo, com exames clínicos e psicológicos para traçar um quadro da saúde física e comportamental dos estudantes. Em novembro e dezembro, os selecionados trabalharam para definir um plano de desenvolvimento de suas competências.

Neste ano, a preparação vai de janeiro a setembro. Até lá, os estudantes participarão de ciclos de treinamento de 21

dias, com descanso de uma semana, nos centros de referência montados pelo SENAI em Brasília, Porto Alegre e Joinville. Durante o processo, os jovens realizarão duas provas de avaliação. Às vésperas da *WorldSkills*, os selecionados passarão por uma preparação para enfrentar as condições climáticas de Abu Dhabi que, em outubro, tem temperatura média de 37°C.

“Nossos competidores têm de estar focados, comprometidos e com nível de excelência na parte técnica para participar da delegação brasileira. Sem sacrifício, ninguém é campeão”, destaca o delegado técnico do Brasil na *WorldSkills*, José Luis Gonçalves Leitão.

Além de preparar a delegação brasileira, o SENAI também será responsável por capacitar treinadores e competidores russos para a *WorldSkills* 2017. Até julho deste ano, serão realizadas quatro semanas de treinamento no Brasil e três

na Rússia, voltadas a sete áreas: mecatrônica, eletrônica, *webdesign*, design gráfico, joalheria, manufatura integrada e tecnologia da moda. Os russos estão sendo treinados em russo e inglês por meio de um intérprete.

O treinamento oferecido aos russos é semelhante ao feito com os estudantes brasileiros, mas adequado às peculiaridades de cada competidor. A preparação inclui, também, a organização de uma rotina de treinos, aspectos psicológicos e comportamentais, exercícios físicos e atividades para estreitar o relacionamento entre competidores e instrutores. “Por uma questão cultural, o instrutor russo é distante do competidor; eles interagem pouco. Fizemos questão de aproximá-los porque uma equipe unida faz muita diferença para o resultado”, explicou Danilo Shimoda, responsável pela preparação comportamental na unidade de Bauru (SP) e pela realização de eventos sociais com o grupo.

“É muito interessante ver como os campeões do mundo são treinados. É uma oportunidade rara. Faz acreditar que é possível alcançar meus objetivos e um dia chegar ao nível do [Giovanni] Kenji (medalha de ouro em *webdesign* na *WorldSkills* 2015 e um dos instrutores do treinamento)”, destaca o estudante russo Vitaly Kovor, de São Petersburgo.

Para o gerente-executivo de Relações Internacionais do SENAI, Frederico Lamego, a contratação para treinar a delegação russa é um reconhecimento da qualidade da formação profissional oferecida pela instituição. “A *WorldSkills* Rússia pesquisou no mundo modelos de referência de educação profissional e veio até o SENAI para organizar todo um programa de capacitação de professores e de competidores”, destaca.

Em 2015, a competição em São Paulo reuniu 1.190 competidores de 59 países.



44ª WORLDSKILLS - 14 A 18/10 ABU DHABI (EMIRADOS ÁRABES UNIDOS)



**SELETIVAS REALIZADAS EM 32 CIDADES
DAS 27 UNIDADES DA FEDERAÇÃO**



**407 JOVENS DO SENAI PARTICIPARAM
DA PRIMEIRA SELEÇÃO**



**48 JOVENS SELECIONADOS PARA
O TREINAMENTO**



**FORMAÇÃO DA EQUIPE BRASILEIRA
OCORRERÁ EM AGOSTO DE 2017**

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cnibr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA